



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**THAIS DA SILVA SANTOS**

**O PAPEL DAS EXPORTAÇÕES NA REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE  
EXTERNA: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A PAUTA EXPORTADORA E A  
ENTRADA DE DIVISAS NO BRASIL ENTRE 1997 E 2022**

João Pessoa - PB  
2024

THAIS DA SILVA SANTOS

**O PAPEL DAS EXPORTAÇÕES NA REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE  
EXTERNA: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A PAUTA EXPORTADORA E A  
ENTRADA DE DIVISAS NO BRASIL ENTRE 1997 E 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Relações  
Internacionais da Universidade Federal da  
Paraíba como requisito à obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima  
Almeida

João Pessoa - PB  
2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237p Santos, Thais da Silva.

O papel das exportações na redução da vulnerabilidade externa: um estudo da relação entre a pauta exportadora e a entrada de divisas no Brasil entre 1997 e 2022 / Thais da Silva Santos. - João Pessoa, 2024.

74 f. : il.

Orientação: Lucas Milanez de Lima Almeida.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Dependência econômica. 2. Commodities. 3. Teoria estruturalista. 4. Termos de troca. 5. Diversificação econômica. I. Almeida, Lucas Milanez de Lima. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

**THAIS DA SILVA SANTOS**

**O PAPEL DAS EXPORTAÇÕES NA REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE  
EXTERNA: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A PAUTA EXPORTADORA E A  
ENTRADA DE DIVISAS NO BRASIL ENTRE 1997 E 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais do Centro  
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 16 de outubro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente

**LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA**

Data: 16/10/2024 14:46:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida – (Orientador)**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente

**MARCIA CRISTINA SILVA PAIXAO**

Data: 16/10/2024 15:58:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Márcia Cristina Silva Paixão**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Documento assinado digitalmente

**ROSANGELA PALHANO RAMALHO**

Data: 16/10/2024 16:28:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dra. Rosângela Palhano Ramalho**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*Dedico este trabalho à minha avó, minha mãe e minha irmã, cujos amor e apoio me inspiram a alcançar meus sonhos a cada dia.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de manter esse momento sinceramente real, agradecendo a todos que contribuíram para minha formação, ciente de que minhas palavras aqui podem se prolongar. Agradeço, primeiramente, ao meu Pai Celeste por me abençoar além dos meus sonhos mais malucos. Agradeço a Ele por minha mãe, Sandra, que, após a partida do meu pai, dedicou-se completamente e exaustivamente a mim e à minha irmã, sempre pronta a nos proporcionar o melhor, fazendo o possível e o impossível, mesmo que precisasse parcelar tudo em 12 vezes no cartão de crédito. Obrigada por nunca ter deixado faltar absolutamente nada. À minha irmã, Tamires, agradeço por abrir o caminho e sempre me impulsionar a ir mais longe. Obrigada por ser meu suporte em João Pessoa e por ter tornado meu processo de graduação o mais confortável possível. Vocês sempre foram minhas maiores motivações para me tornar quem eu sempre desejei ser.

À minha avó, Maria da Guia, por ser o porto seguro da nossa família, pela sua generosidade e acolhimento nos momentos mais difíceis. Ao meu avô, José, por toda leveza e bom humor, por sempre me apoiar e acreditar que eu era capaz. Agradeço também a todos os meus familiares, que contribuíram para minha jornada e torceram pelo meu sucesso. Em especial, aos meus tios, Edineide, Marcelo, Maurício, Margarida e Donvina, e aos meus primos, Maycon, Maria Eduarda e Irene. Ao meu cunhado e chefe Wesley, por todo o apoio e confiança na minha capacidade, além de ter se casado com minha irmã e me presenteado com a maior alegria da minha vida: meu sobrinho(a). Agradeço também ao meu sobrinho(a), que mesmo antes de nascer já me abençoou de tantas maneiras. Não posso deixar de agradecer a Luciene e Fátima pelas suas orações.

Agradeço a todos os meus amigos de vida, pelos bons momentos, pelo afeto e por me motivarem a seguir em frente. À minha amiga e parceira de propósito, Ariane, obrigada por me ajudar a sonhar. À Suênia e Felipe, por sempre estarem presentes, mesmo com a vida tão agitada. Agradeço às amigas de escola, Alexia, Izabelle, Iara e Beatriz, vocês foram essenciais na minha trajetória. E a Bruno, que sempre aparecia do nada para compartilhar algo aleatório e me fazer rir nos momentos mais necessários. Não posso esquecer de agradecer também às meninas do Squad que conheci por meio do grupo da Nemy e que se tornaram amigas especiais nesta fase final da graduação.

Aos que encontrei através da UFPB, obrigada por me ensinarem tanto. Tamiris, Alice e Pedro, obrigada por compartilharem não apenas o apartamento, mas também as noites de

angústia. Alba e Bruno, meus parceiros de curso, pelo apoio em meio ao caos, pela parceria, cumplicidade e por tornar a jornada acadêmica mais divertida.

À Líderi, minha empresa júnior, pelos aprendizados, por ter aberto as portas profissionais para mim, ser meu lugar de refúgio e dar mais significado à minha graduação. Às pessoas incríveis que conheci através da Líderi, mencionar cada uma que deixou sua marca seria um desafio. Porém, gostaria de citar aqueles cuja amizade transcende os portões da universidade: Adriano e Wemyll, minha dupla favorita, Letícia, Maria Eduarda, Lóis, Lúcio, Tiffany, Sabine, Julia e Paola. À João Pessoa, cidade pela qual guardo tanto amor e que se tornou minha segunda casa.

Agradeço a todos os docentes que fizeram parte da minha graduação, em especial aos do Departamento de Relações Internacionais, por todo empenho em nos tornar profissionais capazes de retribuir à sociedade por meio do nosso conhecimento. Obrigada pelos conhecimentos repassados, pelas oportunidades e rejeições. Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Dr. Lucas Milanez, meu orientador, pela paciência, compreensão e motivação. Obrigada por sugerir ideias e fontes bibliográficas desde o primeiro dia desta obra. Sou muito grata pelo apoio, compreensão e humanidade, especialmente nos momentos em que minha saúde dificultou a realização deste trabalho. À minha banca, por aceitarem fazer parte deste momento. Também agradeço à UFPB e a todos os seus funcionários. Reconheço o privilégio que é poder estar em uma universidade pública.

Por fim, dedico esse último trecho a expressar minha gratidão ao meu pai, cujas palavras sobre a importância dos estudos ecoaram em mim desde a infância. Em meio às poucas lembranças que guardo dele, uma que permanece vívida em minha mente é de uma viagem de férias a João Pessoa, quando passamos em frente à UFPB. Naquele momento, ele compartilhou o desejo de ver tanto eu quanto minha irmã estudando ali. É reconfortante saber que, mesmo após 14 anos de sua partida, conseguimos concretizar esse sonho.

Muito obrigada a todos que, direta ou indiretamente, me permitiram sonhar. Amo vocês. Que Deus abençoe a todos.

## RESUMO

Este trabalho buscou investigar a relação entre a pauta exportadora do Brasil e a entrada de divisas no país entre 1997 e 2022. O objetivo principal foi analisar como as exportações contribuíram para a mitigação da vulnerabilidade externa brasileira. A pesquisa utilizou uma abordagem analítica, examinando diferentes contextos econômicos ao longo do período, incluindo a estabilidade do Plano Real. Os resultados indicaram que a economia brasileira é fortemente dependente das exportações de *commodities*. Além disso, a análise mostrou que a comercialização de *commodities* contribuiu para a redução do déficit nas contas correntes, mas aumentou a dependência do Brasil de mercados específicos, especialmente na Ásia. Adicionalmente, destacou que essa dependência excessiva da exportação de produtos primários tornou a economia mais suscetível a flutuações de preços internacionais, impactando negativamente a balança comercial em períodos de choques, como a pandemia de COVID-19 e a Guerra da Ucrânia. A pesquisa revelou que, entre 2003 e 2011, o aumento dos preços das *commodities* favoreceu o crescimento econômico, enquanto as quedas nos preços afetaram negativamente os termos de troca. Em conclusão, o estudo evidenciou a importância das exportações na entrada de divisas, manutenção da balança comercial e redução da vulnerabilidade externa do Brasil.

**Palavras-chave:** Dependência econômica; Commodities; Teoria estruturalista; Termos de troca; Diversificação econômica.

## ABSTRACT

This study aimed to investigate the relationship between Brazil's export agenda and the inflow of foreign currency into the country between 1997 and 2022. The main objective was to analyze how exports contribute to mitigating Brazil's external vulnerability. The research employed an analytical approach, examining different economic contexts throughout the period, including the stability of the Real Plan. The results indicated that the Brazilian economy is heavily dependent on commodity exports. Furthermore, the analysis showed that the commercialization of commodities contributed to the reduction of the current account deficit but increased Brazil's dependence on specific markets, especially in Asia. Additionally, it highlighted that this excessive dependence on primary product exports made the economy more susceptible to fluctuations in international prices, negatively impacting the trade balance during shocks, such as the COVID-19 pandemic and the Ukraine War. The research revealed that, between 2003 and 2011, the increase in commodity prices favored economic growth, while price declines negatively affected the terms of trade. In conclusion, the study demonstrated the importance of exports in foreign currency inflow, maintaining the trade balance, and reducing Brazil's external vulnerability.

**Keywords:** Economic dependence; Commodities; Structuralist theory; Terms of trade; Economic diversification.

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo FHC (1995 a 2002), em US\$ milhões .....       | 26 |
| Gráfico 2: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Lula (2003 a 2010), em US\$ milhões.....       | 30 |
| Gráfico 3: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Dilma (2011 a 2015), em US\$ milhões .....     | 34 |
| Gráfico 4: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Temer (2016 a 2018), em US\$ milhões .....     | 37 |
| Gráfico 5: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Bolsonaro (2019 a 2022), em US\$ milhões ..... | 38 |
| Gráfico 6: Exportações totais do Brasil entre os anos 1997 e 2022 em Valor FOB (US\$) .....                              | 43 |
| Gráfico 7: Principais Destinos das Exportações Brasileiras (1997-2022): Estados Unidos, China e Argentina .....          | 43 |
| Gráfico 8: Exportações Brasileiras por Região Mundial (1997-2002), em US\$ FOB .....                                     | 44 |
| Gráfico 9: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2003-2010), em US\$ FOB .....                                     | 48 |
| Gráfico 10: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2011-2015), em US\$ FOB .....                                    | 50 |
| Gráfico 11: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2016-2018) em US\$ FOB .....                                     | 52 |
| Gráfico 12: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2019-2022), em US\$ FOB .....                                    | 53 |
| Gráfico 13: Índice de Preço das Exportações Totais, das Commodities e dos Termos de Troca de 1998 a 2022 .....           | 59 |
| Gráfico 14: Índice de Termos de Troca de 1998 a 2022 .....                                                               | 60 |
| Gráfico 15: Variação (%) do índice de preços e volume das exportações e importações de petróleo e derivados .....        | 63 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Principal produto exportado em cada ano, entre 1997 e 2022 .....                   | 74 |
| Tabela 2: Efeito dos choques nas exportações brasileiras em 2018 e 2019 .....                | 39 |
| Tabela 3: Desempenho das exportações por atividade econômica em 2019 e 2020 .....            | 54 |
| Tabela 4: Variação trimestral dos preços das exportações e importações no Brasil – 2016 .... | 62 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                   |    |
|---------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Dinâmica entre Centro e Periferia ..... | 18 |
|---------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEX - AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS  
AVIC II - CHINA AVIATION INDUSTRY CORPORATION II  
CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE  
EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.  
EPI - ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL  
EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA  
FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL  
FOB - FREE ON BOARD  
ICOMEX - INDICADOR DE COMÉRCIO EXTERIOR  
IED - INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO  
IVE - ÍNDICE DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA EXTERNA  
NCM - NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL  
OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO  
PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO  
PACTI - PLANO DE AÇÃO 2007-2010: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL  
PAF - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA  
PDE - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
PDP - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO  
PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO  
PITCE - POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR  
SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS  
SGP - SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS  
SISCOMEX - SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR  
UE - UNIÃO EUROPEIA

## SUMÁRIO

|                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                       | <b>13</b> |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITOS .....</b>                                                  | <b>16</b> |
| 2.1 Conceituação de Vulnerabilidade Externa e a Teoria Estruturalista .....                     | 16        |
| <b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>                                                      | <b>22</b> |
| 3.1 Hipóteses .....                                                                             | 23        |
| <b>4 ANÁLISE DAS DINÂMICAS COMERCIAIS BRASILEIRAS .....</b>                                     | <b>24</b> |
| 4.1 Fontes de divisas e Balança de Pagamentos no Brasil .....                                   | 24        |
| 4.1.1 Governo FHC .....                                                                         | 25        |
| 4.1.2 Governo Lula .....                                                                        | 29        |
| 4.1.3 Governo Dilma .....                                                                       | 33        |
| 4.1.4 Governo Temer .....                                                                       | 36        |
| 4.1.5 Governo Bolsonaro .....                                                                   | 38        |
| 4.2 Evolução das exportações brasileiras: produtos, setores e mercados .....                    | 40        |
| 4.2.1 A Importância das Exportações .....                                                       | 40        |
| 4.2.2 Principais produtos, setores e mercados entre 1997 e 2022 .....                           | 42        |
| 4.2.2.1 Governo FHC .....                                                                       | 43        |
| 4.2.2.2 Governo Lula .....                                                                      | 47        |
| 4.2.2.3 Governo Dilma .....                                                                     | 50        |
| 4.2.2.4 Governo Temer .....                                                                     | 51        |
| 4.2.2.5 Governo Bolsonaro .....                                                                 | 53        |
| 4.3 Termos de troca do Brasil: implicações na Balança Comercial e Vulnerabilidade Externa ..... | 56        |
| 4.4 Análise estruturalista dos dados apresentados .....                                         | 65        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                             | <b>67</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                        | <b>69</b> |
| <b>APÊNDICE .....</b>                                                                           | <b>74</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A constante preocupação com a redução da vulnerabilidade externa é uma realidade para países que mantêm uma dependência significativa do comércio internacional. O Brasil, em particular, destaca-se nesse contexto devido à grande importância das exportações, que não apenas contribuem para a entrada de divisas<sup>1</sup>, como também podem exercer influência sobre a capacidade do país em enfrentar choques externos e manter a estabilidade econômica.

Este estudo propõe-se a explorar a relação entre a pauta exportadora brasileira e a entrada de divisas no intervalo entre 1997 e 2022. O foco está em compreender como as exportações têm contribuído na mitigação da vulnerabilidade externa do Brasil ao longo desse período, respondendo à indagação: “Como as exportações brasileiras contribuíram para a entrada de divisas no Brasil entre 1997 e 2022?”. A escolha desse intervalo de tempo justifica-se pela necessidade de abranger diferentes conjunturas econômicas, como a estabilidade do Plano Real, a crise financeira global de 2008, os desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19, a Guerra da Ucrânia e o término do governo Bolsonaro. A decisão de iniciar em 1997 deve-se à disponibilidade de dados no sistema Comex Stat, que começa a ser alimentado a partir desse ano, proporcionando uma análise ao longo de 26 anos e abrangendo cinco mandatos presidenciais.

A escolha do tema “A relação entre a pauta exportadora e a entrada de divisas no Brasil” fundamenta-se em várias razões, como a importância econômica, a relevância social, as políticas públicas e o potencial de pesquisa. Desde o Antigo Sistema Colonial (1500-1822), a economia brasileira mantém uma estrutura relevante de produção e exportação de matérias-primas. Apesar das transformações ao longo da história, como a Independência e a constituição do Modelo Primário-Exportador (1822-1930), a dinamização da economia brasileira manteve-se vulnerável às flutuações da economia mundial, seja em termos de variações nos preços ou de renda externa. Mesmo com o Processo de Industrialização por Substituição de Importações (1930-1980), em graus diferentes ao longo do século passado, o Brasil continuou dependente das exportações de produtos primários para manter o equilíbrio das contas externas. Embora tais produtos desempenhem um papel ainda mais crucial na economia brasileira de hoje, sob o atual Modelo Liberal-Periférico, vigente desde 1990, a excessiva dependência das exportações em poucos setores pode limitar o crescimento e a diversificação econômica como um todo.

---

<sup>1</sup> Recursos em moeda estrangeira.

Este tema, portanto, permite a investigação da importância das exportações para a economia brasileira, analisando como elas afetam o desempenho da balança comercial, a entrada de divisas e a redução da vulnerabilidade externa. Além disso, a análise da pauta exportadora permite entender tanto a diversificação da economia brasileira, quanto os caminhos para aumentar sua competitividade e reduzir a dependência de alguns setores específicos. Esta diversificação é importante para aumentar a competitividade do país no cenário global, promover o crescimento econômico e reduzir a desigualdade social. A pergunta-problema escolhida também ressalta a relevância das exportações como fonte significativa de divisas, representando uma relevante parcela do Produto Interno Bruto (PIB).

No campo das Relações Internacionais, um conjunto de teorias e autores reconhece o comércio internacional como componente importante. Entre os teóricos clássicos, podemos citar os economistas liberais Adam Smith e David Ricardo. Entre os contemporâneos, pensadores como Robert Keohane e Joseph Nye, com a Teoria da Interdependência, e o economista Paul Krugman, também analisam a sua importância. Além destes, os autores da Teoria da Dependência e da Teoria Estruturalista compartilham perspectivas sobre o comércio internacional que se concentram nas desigualdades e nas dinâmicas de poder, que desfavorecem os países em desenvolvimento no sistema internacional. Este trabalho utilizará a visão estruturalista latino-americana como fundamentação teórica, com ênfase especial nas contribuições derivadas dos autores da CEPAL.

Nesse contexto, as exportações são um importante componente econômico, sendo um dos principais focos de estudo do campo. O comércio internacional influencia diretamente a política e a economia dos Estados, e entender a dinâmica das exportações e da balança comercial é fundamental para a análise das relações entre países. A diversificação da pauta exportadora ganha destaque nesse âmbito, pois está intrinsecamente ligada à capacidade de competição internacional. A dependência de um número limitado de produtos e mercados, como pontua Gonçalves (1999), pode tornar um país vulnerável a choques externos, como mudanças nos preços das *commodities* ou nas políticas comerciais de outros países. Por outro lado, para o autor, a diversificação da pauta exportadora pode aumentar a resiliência da economia e reduzir sua vulnerabilidade (Gonçalves, 1999).

Portanto, a análise da relação entre as exportações brasileiras e a entrada de divisas assume relevância tanto para entendermos as implicações políticas e econômicas das diretrizes comerciais adotadas pelo Brasil, quanto para explorar caminhos que promovam a diversificação econômica e reduzam a dependência de determinados setores. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar, a partir de uma leitura analítica dos relatórios do Banco Central do

Brasil e em outras fontes oficiais do governo, como as exportações contribuíram para a entrada de divisas no Brasil entre 1997 e 2022. Para isso, o objetivo central desdobra-se em três objetivos específicos: *i)* investigar as principais fontes de entrada de divisas no Brasil durante o período analisado e sua relação com a balança de pagamentos; *ii)* estudar a evolução das exportações brasileiras entre 1997 e 2022, identificando os principais produtos, setores e mercados relevantes — esse objetivo permitirá uma compreensão mais profunda dos fatores que influenciam as exportações brasileiras e como o país está integrado à economia global; por fim *iii)* examinar a evolução histórica dos termos de troca do Brasil, compreendendo sua influência no desempenho da balança comercial e na vulnerabilidade externa.

Ao alcançar esses objetivos específicos, espera-se obter uma compreensão mais aprofundada, a partir da tradição estruturalista cepalina, de como as exportações contribuem para a entrada de divisas no Brasil e influenciam a redução da vulnerabilidade externa. Assim, a análise da evolução econômica, da relação entre exportações e entrada de divisas, e da identificação de mercados-chave, busca mostrar a relevância desses fatores na capacidade do Brasil de gerar divisas por meio das exportações e enfrentar desafios econômicos globais.

A estrutura deste trabalho é organizada para oferecer uma análise da vulnerabilidade externa e das dinâmicas comerciais do Brasil. No capítulo 2, “Referencial Teórico e Conceitos”, são explorados conceitos fundamentais, como vulnerabilidade externa nas suas diversas abordagens, a Teoria Estruturalista, e indicadores relevantes. O capítulo 3, “Procedimentos Metodológicos”, apresenta os métodos utilizados e as hipóteses que guiam a pesquisa. O capítulo 4, “Análise das Dinâmicas Comerciais Brasileiras”, oferece um estudo das fontes de divisas, do comportamento da balança de pagamentos e das políticas de comércio exterior durante governos de Fernando Henrique Cardoso até Bolsonaro, além de examinar a evolução das exportações com foco em produtos, setores e mercados entre 1997 e 2022. Esta discussão também abrange os termos de troca do Brasil e suas implicações na balança comercial e na vulnerabilidade externa, complementada, ao final, por uma análise estruturalista dos dados. O trabalho é concluído no capítulo 5, “Considerações Finais”, que revisita e analisa as hipóteses discutidas, seguido de “Referências” e “Apêndice” que sustentam a pesquisa realizada.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITOS

O propósito deste capítulo é fornecer a base teórica necessária para embasar a análise da evidência empírica a ser conduzida no quarto capítulo. Nele, será examinada a vulnerabilidade externa da economia brasileira, focando especialmente no padrão das exportações. Aqui, será apresentado o conceito de vulnerabilidade externa, suas diversas abordagens e a sua conexão com a Teoria Estruturalista.

### 2.1 Conceituação de Vulnerabilidade Externa e a Teoria Estruturalista

O estudo da vulnerabilidade externa, tanto em âmbito global quanto no Brasil, tem ganhado cada vez mais atenção na análise econômica. Esse destaque tornou-se mais evidente a partir do final do século XX, através de transformações nas políticas econômicas de diversos países, a exemplo da adoção de medidas alinhadas ao Consenso de Washington. Tais políticas surgiram como resposta à crise da dívida da década de 1980, especialmente naqueles países considerados periféricos, e envolviam a abertura comercial e financeira, bem como a redução do papel do Estado como articulador da atividade produtiva (Silva, 2017).

De acordo com a perspectiva apresentada por Silva (2017), ao examinar as pesquisas sobre vulnerabilidade externa, verificou-se que o seu referencial teórico é bastante diversificado, e o seu conceito não está vinculado especificamente a correntes distintas no pensamento econômico. Contudo, notou-se também uma convergência na compreensão sobre vulnerabilidade externa através do pensamento de Reinaldo Gonçalves, isto é, a habilidade de um país em resistir às pressões relacionadas à problemática da restrição externa, que se manifestam nos déficits das transações correntes do balanço de pagamentos (Silva, 2017).

Assim, na perspectiva apresentada por Gonçalves (1995), semelhante a Silva (2017), a vulnerabilidade externa é compreendida como a baixa capacidade de uma economia em resistir e responder a choques externos ou fatores desestabilizadores, como mudanças nas condições econômicas globais, flutuações nos preços de *commodities*, crises financeiras internacionais, entre outros (Gonçalves, 1995). Portanto, quanto maior a probabilidade de resistência, menor será a vulnerabilidade externa. Nesse sentido, faz-se necessário entender as diferentes abordagens do conceito de vulnerabilidade externa.

Conforme descrito por Filgueiras e Gonçalves (2007), existem essencialmente três abordagens distintas em relação ao tema: vulnerabilidade externa conjuntural, vulnerabilidade externa estrutural e vulnerabilidade externa comparada. A primeira, denominada

vulnerabilidade externa conjuntural, refere-se a um fenômeno de curto prazo, que é determinado pelas opções e custos do processo de ajuste externo. Sua intensidade aumenta conforme aumentam as opções disponíveis e diminuem os custos do ajuste externo (Filgueiras; Gonçalves, 2007).

Por outro lado, a vulnerabilidade externa estrutural é um fenômeno de longo prazo, resultante de mudanças no padrão de comércio, na eficiência do aparelho produtivo, no dinamismo tecnológico e na robustez do sistema financeiro nacional. É primariamente determinada pelos processos de desregulamentação e liberalização nas esferas comercial, produtiva-tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país (Filgueiras; Gonçalves, 2007).

Por fim, a terceira delas, a vulnerabilidade externa comparada, surge da análise do desempenho externo relativo de um país em comparação com o desempenho externo relativo de outros países. Ela reflete a comparação entre países quanto ao diferencial relativo de indicadores de inserção econômica internacional (Filgueiras; Gonçalves, 2007).

Além disso, no contexto da Economia Política Internacional, há uma ênfase na vulnerabilidade econômica externa que abrange diferentes esferas das relações econômicas internacionais. Elas incluem a comercial (trocas de bens e serviços), a produtiva (atuação de empresas transnacionais e investimento externo direto), a tecnológica (transferência de *know-how* e direitos de propriedade intelectual) e a esfera monetária e financeira (fluxos de moeda, investimentos financeiros, empréstimos e financiamentos) (Gonçalves, 2016).

No estruturalismo latino-americano, desenvolvido por Raúl Prebisch e pelos pesquisadores da CEPAL, as estruturas econômicas e políticas globais influenciam as diversas esferas da vulnerabilidade externa dos países, especialmente aqueles em desenvolvimento, como o Brasil. Essa abordagem, segundo André M. Biancarelli, coloca as restrições externas no cerne das análises sobre o subdesenvolvimento e argumenta que a posição desigual dos países no sistema internacional é uma fonte significativa e negativa de vulnerabilidade (Biancarelli, 2019).

Essa perspectiva sugere que a divisão entre centro e periferia intensifica as desigualdades globais, sendo que os países centrais se dedicam à produção de bens manufaturados, enquanto os países periféricos focam na exportação de bens primários. Para a CEPAL, um país do Centro é identificado como uma economia onde as novas tecnologias capitalistas de produção emergem primeiro. Em contraste, a Periferia abrange economias consideradas atrasadas em termos tecnológicos e organizacionais. Essa divisão resulta do modo como o progresso técnico se difunde na economia mundial (Rodriguez, 2009).

Dentro dessa lógica, Celso Furtado, em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), aponta que a discussão sobre a expansão do avanço tecnológico tem seu foco no Centro, onde esse processo ocorre de maneira rápida e abrangente. Conforme a tecnologia se desenvolve, ela se espalha pela economia, englobando uma variedade de setores econômicos no país. Em contraste, na Periferia, essa adoção ocorre de forma lenta e é limitada aos setores voltados para a exportação. Isso se deve ao fato de que a tecnologia usualmente se origina nos países centrais, que possuem estruturas produtivas mais sofisticadas, além de um estoque mais elevado de dinheiro e de trabalhadores qualificados. A tecnologia somente se desloca para a Periferia após sua completa difusão nos Centros, buscando maiores lucros com o uso de mão de obra mais barata na produção de bens, como explica Castelli (2023). Assim, o avanço tecnológico não é igualmente distribuído em todas as áreas, mas concentra-se naquelas integradas à divisão internacional do trabalho que competem em um mercado global (Castelli, 2023).

As demais atividades sofrem um atraso quando comparadas à estrutura produtiva local. No Centro, a estrutura produtiva é caracterizada por ser diversificada e homogênea, abrangendo uma variedade de atividades econômicas que compartilham um nível tecnológico similar. Em contrapartida, a estrutura produtiva na Periferia é focada na produção de bens específicos para exportação, o que a torna menos integrada à demanda interna e mais voltada para suprir exigências externas (Castelli, 2023).

A Organização Internacional do Trabalho evidencia que o Centro figura como produtor e exportador de bens industriais e manufaturados, enquanto a Periferia se caracteriza, na competição internacional, como produtora e exportadora essencialmente de matérias-primas ou produtos de baixa complexidade tecnológica (Castelli, 2023). A seguir, o Quadro 1 resume essa perspectiva.

*Quadro 1: Dinâmica entre Centro e Periferia*

|                                                              | <b>Centro</b>                                             | <b>Periferia</b>                                      |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <b>Expansão do avanço tecnológico</b>                        | Rápida e Abrangente                                       | Lenta e Limitada aos setores voltados para exportação |
| <b>Estrutura produtiva</b>                                   | Diversificada e Homogênea                                 | Especializada e Heterogênea                           |
| <b>Papel dentro da Organização Internacional do Trabalho</b> | Produtor e exportador de bens industriais e manufaturados | Produtor e exportador de matéria-prima                |

Fonte: Adaptado de Castelli, 2023.

Furtado (1992) considera a inovação técnica como um dos elementos centrais do conceito de desenvolvimento, destacando sua importância para o aumento da produtividade. Essa inovação refere-se à implementação de novos métodos e tecnologias que promovem uma maior eficiência nos processos produtivos. Além disso, ele sustenta que a acumulação de capital é uma condição essencial para a realização do desenvolvimento, o qual não se restringe a um mero aumento da produtividade do trabalho, mas também abrange a adaptação das estruturas sociais. Essa acumulação de capital envolve investimentos em infraestrutura, equipamentos e capacitação humana, os quais se revelam fundamentais para o sustento do crescimento econômico (Furtado, 1992 apud De Saes, 2010).

O subdesenvolvimento, por sua vez, deve ser compreendido como uma decorrência do desenvolvimento. De acordo com De Saes (2010), o subdesenvolvimento para Furtado não é uma fase que precede o desenvolvimento, ou que pode ser analisada dentro de um sistema isolado, sem levar em conta suas relações externas. Em vez disso, o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão do capitalismo industrial, resultado do impacto de processos tecnológicos e das formas de divisão do trabalho que surgiram em um pequeno número de sociedades que vivenciaram a Revolução Industrial (Furtado, 1992 apud De Saes, 2010).

O subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo que, apesar do crescimento econômico, mantém a desigualdade na distribuição de renda e recursos, sem que os frutos da modernização beneficiem amplamente a população. O crescimento não resulta em avanços tecnológicos ou em padrões de consumo equitativos, com uma minoria concentrando a maior parte da renda e emulando os hábitos das nações ricas. Essas dinâmicas geram dependências que se perpetuam. Além disso, o subdesenvolvimento é caracterizado por heterogeneidade produtiva, onde diversos setores apresentam diferentes níveis de produtividade e capacidade tecnológica, funcionando para atender às demandas dos países desenvolvidos (Furtado, 2004 apud Castelli, 2023).

Ademais, para compreender as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é essencial considerar a deterioração dos termos de troca, que se refere à relação entre os preços das exportações e importações de uma economia. Esse padrão de Centro-Periferia provoca a deterioração dos termos de troca, o que, por sua vez, reduz o poder de compra externo dos países periféricos ao longo do tempo (Biancarelli, 2019).

Autores como Raul Prebisch e Hans Singer corroboram com o pensamento de que existe uma tendência de queda nos preços dos produtos agrícolas em relação aos preços das manufaturas. Essa deterioração sugere que, ao longo do tempo, as economias agroexportadoras podem apresentar crescimento econômico inferior em comparação a outras. Produtos primários,

que são menos complexos — como agrícolas, petróleo e minério de ferro — tendem a se desvalorizar no longo prazo, enquanto produtos mais complexos e tecnologicamente avançados, como máquinas, computadores e celulares, apresentam uma tendência de valorização. As variáveis climáticas, que frequentemente afetam a produção agrícola, também contribuem para essa deterioração, introduzindo incertezas e flutuações nos preços dos produtos agrícolas. Além disso, a elasticidade-renda da demanda explica que a demanda por produtos primários é inelástica, enquanto a demanda por produtos manufaturados é mais elástica (Castelli, 2023). Essas economias também enfrentam vulnerabilidade externa devido à dependência de importações e às flutuações nos preços das *commodities*. Para mitigar esses efeitos, a industrialização por substituição de importações (ISI) foi promovida como estratégia para reduzir a dependência externa e fortalecer a economia doméstica (Biancarelli, 2019).

No raciocínio cepalino original e em suas críticas, como a da “Escola de Campinas”, assim como nas primeiras versões dos modelos de crescimento com restrição de divisas, a balança comercial, que se refere ao saldo entre exportações e importações de bens, e por vezes ampliada pelos Serviços e Rendas, foi identificada como o principal canal de influência do exterior sobre os processos econômicos internos dos países (Biancarelli, 2019). Ou seja, a maneira como um país interage economicamente com o resto do mundo — através de suas exportações e importações de bens — tem efeito diretamente em sua economia interna.

A vulnerabilidade externa, portanto, está ligada ao resultado da conta corrente, pois esta demonstra a capacidade de um país de gerar receitas suficientes para cumprir suas obrigações financeiras com o exterior. Sendo assim, um déficit na conta corrente pode indicar que um país está gastando mais com o exterior do que está ganhando, tornando-o vulnerável a crises de financiamento externo. Essa vulnerabilidade era particularmente relevante no contexto da economia internacional das décadas passadas, quando as ideias cepalinas se desenvolveram, dado que os fluxos financeiros eram menos expressivos que os atuais e o equilíbrio em transações correntes era fundamental para a estabilidade econômica (Biancarelli, 2019).

Portanto, sob a lente estruturalista, a dependência econômica estrutural, a desigualdade no sistema internacional e os termos de troca desfavoráveis são fatores que contribuem para a vulnerabilidade externa, sendo vistas como consequências das estruturas e dinâmicas históricas do capitalismo global. De acordo com essa abordagem, diferentemente de teorias que consideram os Estados como unidades racionais e autônomas, o estruturalismo enfatiza a relevância das estruturas globais e das relações de poder que condicionam as opções disponíveis para os países mais vulneráveis.

Nesse cenário, esse padrão de integração internacional periférica se distingue por uma degradação contínua dos termos de intercâmbio no comércio exterior, o que, segundo Cristaldo (2015), limita as opções de importação das nações e as torna mais suscetíveis a condições de vulnerabilidade externa. Portanto, para enfrentar esses desafios, Prebisch advogava a implementação de programas de industrialização na América Latina, focando inicialmente na substituição de importações de bens duráveis e, posteriormente, na indústria de base e bens de capital. Além disso, ele enfatizava a necessidade de promover a integração econômica regional, visando fortalecer a capacidade competitiva das economias locais (Cristaldo, 2015).

Ou seja, do ponto de vista estruturalista, abordar essas vulnerabilidades exige mudanças estruturais significativas, que incluem a reforma do sistema econômico global e uma maior solidariedade entre os países do Sul global a fim de modificar as regras do sistema internacional.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica adotada neste trabalho consiste em uma análise temporal, empregando uma metodologia mista que combina aspectos qualitativos e quantitativos. Inicialmente, conduz-se uma análise quantitativa, baseada na coleta e análise de um conjunto diversificado de dados econômicos cobrindo o período de 1997 a 2022. Utilizou-se amplamente os dados oferecidos pela literatura utilizada no texto, assim como os dados, as análises e as conclusões dos Relatórios Anuais do Banco Central do Brasil, que forneceram informações sobre o PIB, balanço de pagamentos, balança comercial, investimento estrangeiro direto, termos de troca e das políticas do comércio exterior brasileiro. No entanto, devido à indisponibilidade de alguns relatórios do Banco Central, foi necessário utilizar outras fontes a partir do governo Temer para complementar a análise.

Adicionalmente, as contribuições da Funcex foram integradas para aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas de comércio, assim como as informações fornecidas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, pelo Ministério da Economia e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Para obter dados específicos sobre os principais produtos exportados e os principais destinos das exportações brasileiras, recorreu-se ao sistema Comex Stat e ao Siscomex, que oferecem dados detalhados e atualizados nesse campo. Este estudo quantitativo foi conduzido separadamente para cada governo, categorizado apenas para fins didáticos de organização dos dados, com o objetivo de identificar tendências, padrões e relações específicas entre exportações, produtos, setores e mercados. Além disso, o estudo foca na evolução dos termos de troca ao longo destes anos, observando como variações nas políticas e condições econômicas impactaram a balança comercial e a vulnerabilidade externa do Brasil em diferentes períodos governamentais.

Em complemento, conduz-se um estudo qualitativo realizado por meio da coleta de dados não numéricos, com o objetivo de examinar estudos anteriores que tratam das fontes de entrada de divisas no Brasil e sua relação com o desempenho da balança comercial, assim como acerca da vulnerabilidade externa e termos de troca. Além disso, buscou-se realizar uma análise estruturalista dos dados disponíveis nos relatórios do Banco Central do Brasil e das outras fontes oficiais do Governo, explorar a teoria da vulnerabilidade externa de Reinaldo Gonçalves, além de conceitos relacionados ao comércio internacional, balança comercial, fluxos de divisas e termos de troca.

Além de direcionar esforços para alcançar os objetivos propostos, foram examinadas duas hipóteses de pesquisa, detalhadas a seguir.

### 3.1 Hipóteses

A primeira hipótese afirma que a reprimarização da estrutura produtiva brasileira e a consequente especialização regressiva da pauta exportadora, dominada pela comercialização de *commodities* primárias, (como soja, minério de ferro e petróleo), tem sido uma das principais forças impulsionadoras das exportações brasileiras nesse século XXI, tendo contribuído para a redução do déficit nas transações correntes. Porém, isto se deu com um aumento da dependência do Brasil em relação a países e mercados específicos, especialmente os da Ásia, tornando a economia brasileira ainda mais vulnerável a choques externos. Sendo assim, a diversificação dos mercados de exportação pode ser uma estratégia importante para reduzir a dependência do Brasil em relação a determinadas regiões e produtos.

A segunda hipótese mostra que a excessiva dependência da exportação de *commodities* tornou a economia brasileira mais vulnerável a flutuações nos preços internacionais desses produtos, o que afetou negativamente o desempenho da balança comercial quando da ocorrência de choques internacionais (a exemplo da Pandemia de Covid-19 e da Guerra da Ucrânia). Nesse sentido, a variação nos termos de troca influenciou de forma negativa o desempenho da balança comercial brasileira no período recente, fato que pode ser observado pelo descompasso entre os preços de exportação e importação.

## 4 ANÁLISE DAS DINÂMICAS COMERCIAIS BRASILEIRAS

Neste capítulo, serão analisadas as dinâmicas comerciais que permeiam a economia brasileira entre os anos de 1997 e 2022. Serão abordados três aspectos essenciais: primeiro, as fontes de divisas, o comportamento da balança de pagamentos e as políticas de comércio exterior (seção 4.1), segundo, a evolução das exportações brasileiras com um foco específico em produtos, setores e mercados relevantes (seção 4.2), e terceiro, as implicações dos termos de troca do Brasil na balança comercial e na vulnerabilidade externa (seção 4.3). Ao final, será realizado uma leitura estruturalista dos dados apresentados (seção 4.4).

### 4.1 Fontes de divisas e Balança de Pagamentos no Brasil

No Brasil, ao longo de sua história econômica, é possível observar, como uma característica estrutural, o déficit na balança de rendas, o que indica que o país envia mais recursos financeiros para o exterior do que recebe. Esse desequilíbrio gera uma necessidade constante em gerar divisas para compensar o déficit nas rendas enviadas ao exterior. Nesse sentido, o Brasil frequentemente recorre a empréstimos e investimentos estrangeiros para financiar essa variação, o que demonstra uma dependência do capital externo para equilibrar suas contas externas. Essa dependência, por sua vez, expõe o Brasil à vulnerabilidade diante de mudanças no contexto internacional, especialmente durante períodos de escassez de liquidez global, quando investidores estrangeiros tendem a restringir o financiamento (Van Noijs, 2014).

Segundo Van Noijs (2014), a pressão exercida pelas rendas líquidas enviadas ao exterior na geração de divisas tem sido evidente ao longo de muitos anos na economia brasileira. O autor utiliza como exemplo os dados de Abreu (1990) para evidenciar que, durante o período de 1889 a 1900, o Brasil registrou superávits consistentes na balança comercial e de serviços não fatores<sup>2</sup>. Contudo, mesmo com esses superávits, o país enfrentou déficits na conta de rendas, especialmente nos serviços fatores<sup>3</sup> (Van Noijs, 2014).

Esses déficits na conta de rendas, decorrentes dos serviços fatores, foram tão expressivos que resultaram em déficits nas transações correntes em grande parte do período, conforme ressaltado por Van Noijs (2014). Isso indica que, apesar de um desempenho positivo em outras áreas, como na balança comercial, o Brasil ainda estava enviando mais recursos

---

<sup>2</sup> Serviços não fatores são transações de serviços que não envolvem a produção ou uso de fatores de produção, como trabalho ou capital.

<sup>3</sup> Serviços fatores são serviços que envolvem o uso de fatores de produção em transações internacionais.

financeiros para o exterior do que recebendo. Essa situação gerou uma necessidade permanente de geração de divisas para que o Brasil pudesse honrar o pagamento das rendas enviadas ao exterior. Para enfrentar essa demanda, o país necessitou aumentar seu passivo externo, recorrendo frequentemente à obtenção de empréstimos estrangeiros para financiar esses pagamentos. E, conseqüentemente, a dependência de empréstimos estrangeiros contribuiu para o aumento do endividamento externo do Brasil ao longo do tempo (Van Noije, 2014).

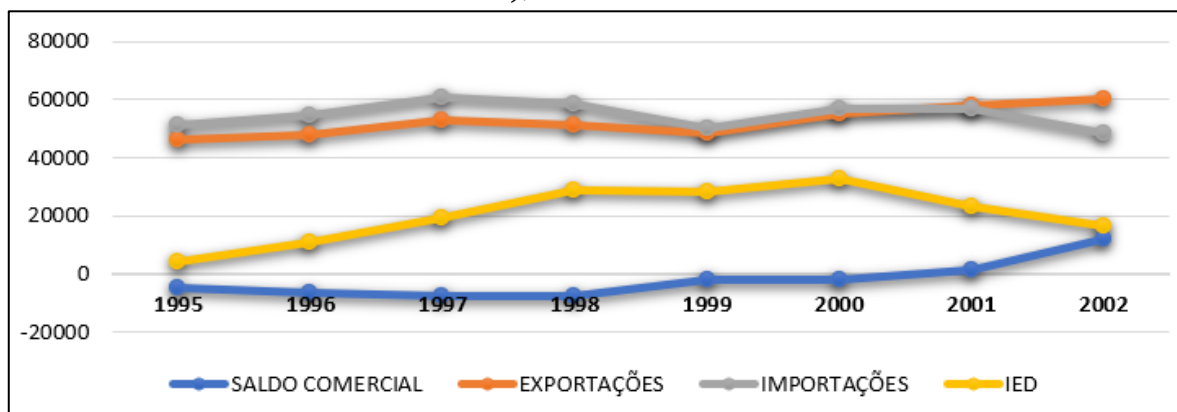
Essa vulnerabilidade ressalta a importância da entrada de divisas para a estabilidade econômica e financeira, pois garantem a capacidade do país de conduzir suas atividades econômicas essenciais. Além de financiar importações de bens indispensáveis, as divisas são necessárias para pagar dívidas externas, acumular reservas cambiais e impulsionar investimentos voltados ao crescimento econômico. Além disso, as necessidades de divisas vão além do custeio das importações, elas também abrangem o equilíbrio das transações correntes registradas no balanço de pagamentos (Carvalho, 2005).

No Balanço de Pagamentos brasileiro, as fontes de divisas que mais se destacam são as exportações de *commodities*, como soja, café, açúcar, carne, minério de ferro e petróleo (Ver Apêndice 1), que, historicamente, representam uma parte significativa das receitas em moeda estrangeira, além das exportações industriais, que englobam itens como aeronaves, produtos químicos, automóveis e máquinas.

#### **4.1.1 Governo FHC**

O período de 1997 a 2002 foi caracterizado por desafios econômicos e pela implementação de estratégias cruciais para diminuir a vulnerabilidade externa do Brasil. Durante esses anos, o país enfrentou as consequências das crises econômicas internacionais, como a Crise Asiática (1997-1998) e a Crise Russa (1998), que exerceram pressão sobre a economia nacional. As principais fontes de ingresso de divisas, como os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) e as exportações, segundo o Boletim do Banco Central do Brasil (Relatório 1997), desempenharam um papel fundamental na sustentação da balança de pagamentos e na mitigação dos efeitos adversos do panorama global. Embora tenha havido um balanço comercial negativo em 1997, as tendências mostraram sinais de melhoria com exportações crescendo tanto em volume quanto em valor agregado. Este aumento ocorreu em um ambiente global de preços internacionais mais altos, o que trouxe mais receita ao país por unidade de produto exportado (BCB, 1997).

*Gráfico 1: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo FHC (1995 a 2002), em US\$ milhões*



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No cenário internacional, o Brasil afirmou-se ao estabelecer novas parcerias comerciais e liderar iniciativas na Organização Mundial do Comércio (OMC), posicionando-se assertivamente no comércio global ao término desse período de instabilidade (BCB, 1997). O país implementou um processo de liberalização comercial desde os anos iniciais da década de 1990, o que resultou em déficits crescentes na balança comercial nos últimos anos. O ano de 1997 foi particularmente importante para a economia brasileira. Nesse período, as medidas promotoras do comércio foram guiadas pela busca do equilíbrio, alinhadas aos acordos internacionais assinados pelo Brasil (BCB, 1997).

O governo lançou um programa destinado a aumentar a presença dos produtos brasileiros nos mercados internacionais, que incluiu iniciativas para apoiar a capacidade exportadora das pequenas e médias empresas, eliminar barreiras internas e externas ao comércio, negociar acordos comerciais internacionais e simplificar a legislação relacionada ao comércio exterior (BCB, 1997).

Além disso, em 1º de janeiro de 1997, o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) foi expandido para incluir as operações de importação, além das exportações, facilitando os processos de comércio exterior. No término de 1997, foi criada a Agência de Promoção de Exportações (Apex), com o propósito de apoiar a execução da política comercial das exportações, com a alocação de recursos no orçamento anual do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (BCB, 1997).

A Balança de Pagamentos de 1997 foi marcada por uma entrada significativa de investimentos estrangeiros de longo prazo, através, principalmente, da privatização de empresas federais e estaduais, que evidenciaram o interesse dos investidores na economia brasileira.

Houve também um pagamento considerável de dívidas externas, onde houve reembolso de empréstimos para credores estrangeiros. As reservas internacionais do país flutuaram, com queda em outubro devido à crise no Sudeste Asiático, o que sugeriu, possivelmente, o uso delas para lidar com os impactos da crise. O saldo final foi um déficit de US\$7,8 bilhões, atribuído aos efeitos da crise asiática e ao aumento dos déficits comerciais e de serviços (BCB, 1997).

Apesar de também ter tido um déficit na Balança Comercial em 1997, tanto as exportações quanto as importações alcançaram níveis recordes. Além disso, o crescimento de 13,2% na corrente de comércio<sup>4</sup> mostrou como o comércio exterior brasileiro se tornou mais dinâmico desde o início do processo de abertura em 1990, e isso ficou ainda mais evidente com a implementação do Plano Real em 1994. Enquanto as importações mostraram uma desaceleração desde 1996, após um período de crescimento rápido entre 1993 e 1995, as exportações indicaram uma recuperação, demonstrando um desempenho mais positivo em comparação com os primeiros anos do Plano Real (BCB, 1997).

Portanto, o fortalecimento do sistema integrado de comércio exterior e o suporte a pequenas e médias empresas foram importantes para o incremento da competitividade e a promoção de uma recuperação gradual das exportações, mesmo em face de adversidades econômicas globais.

Em 1998, a economia brasileira enfrentou desafios devido à instabilidade financeira global, principalmente, e mais uma vez, em decorrência da crise asiática. A crise na Rússia, combinada com a desaceleração econômica em outros países, levou os investidores a procurar opções mais seguras, dificultando o acesso a financiamentos externos para países em desenvolvimento como o Brasil. Para lidar com as expectativas negativas sobre a economia nacional, o país adotou medidas fiscais mais rigorosas e uma política monetária mais conservadora, além de buscar apoio do Fundo Monetário Internacional para proteger suas reservas internacionais (BCB, 1998).

Esses desafios se refletiram na Balança Comercial, com uma queda nas exportações no segundo semestre devido à desaceleração econômica global e à dificuldade em competir em termos de custos. Porém, o déficit comercial diminuiu, fomentado pelo aumento nas exportações de produtos manufaturados de maior valor, resultado de investimentos em tecnologia e modernização industrial (BCB, 1998).

A política de comércio exterior focou em promover as exportações, enquanto medidas foram tomadas para controlar as importações, mantendo a abertura do país. Já nos serviços, os

---

<sup>4</sup> volume total de bens e serviços exportados e importados por um país ou região durante um determinado período de tempo.

pagamentos de juros e dividendos aumentaram devido ao aumento do endividamento externo. E apesar dos desafios, o turismo internacional cresceu, incentivado pelos gastos dos turistas estrangeiros no Brasil. Além disso, o déficit em transações correntes foi significativo, mas grande parte foi financiada por investimentos estrangeiros diretos, mostrando a confiança dos investidores na economia brasileira naquele ano (BCB, 1998).

Em 1999, houve um padrão diferente nas transações do Brasil com o resto do mundo em comparação aos anos anteriores, devido à adoção de um regime de taxa de câmbio flutuante. Isso resultou em oscilações menores nas reservas internacionais, já que o Banco Central praticamente não interveio no mercado de moeda estrangeira, e significou que o resultado do balanço de pagamentos tendeu a se ajustar por meio da taxa de câmbio, sem a necessidade de usar reservas como instrumento de financiamento (BCB, 1999).

Na Balança Comercial de 1999, a corrente de comércio exterior foi influenciada pela crise financeira e econômica que atingiu diversos países com os quais o Brasil mantinha relações comerciais significativas. Esse contexto afetou as exportações brasileiras devido à redução na demanda global e, principalmente, à queda nos preços internacionais de produtos que eram importantes para o Brasil. Apesar da mudança na taxa de câmbio, essa medida não conseguiu neutralizar totalmente os efeitos adversos da crise nos negócios internacionais do país (BCB, 1999).

O balanço de pagamentos do Brasil, em 2000, registrou uma diminuição na dependência de recursos externos, o déficit nas transações correntes permaneceu estável, e os pagamentos da dívida externa foram reduzidos. Além disso, houve uma mudança positiva no fluxo de capital estrangeiro de médio e longo prazos, com mais entradas do que saídas em comparação com o ano anterior. Os investimentos estrangeiros diretos líquidos atingiram um patamar recorde, o que contribuiu para uma redução na necessidade de financiamento externo, representando apenas 1,01% do PIB (BCB, 2000).

A Balança Comercial refletiu a alta nos preços do petróleo e o aumento das importações de matérias-primas devido ao crescimento industrial. Mas, apesar disso, as exportações também aumentaram significativamente, impulsionadas pelo crescimento do comércio global e pela modernização industrial. Outrossim, é válido destacar que a desvalorização do câmbio também contribuiu para a competitividade das exportações brasileiras naquele ano (BCB, 2000).

Em 2001, a economia brasileira começou com perspectivas favoráveis, mas enfrentou desafios ao longo do ano. Restrições na política econômica surgiram devido a choques externos, como a intensificação da crise na Argentina, o racionamento de energia elétrica e a recessão econômica nos EUA após o 11 de setembro. Por estes motivos, a política monetária precisou

ser ajustada para conter pressões inflacionárias, enquanto a balança comercial teve uma melhora significativa, apesar das pressões na taxa de câmbio devido à instabilidade econômica na Argentina e pela deterioração do cenário internacional. Consequentemente, o crescimento econômico ficou aquém das expectativas, com destaque para o desempenho positivo da agropecuária e o aumento do desemprego (BCB, 2001).

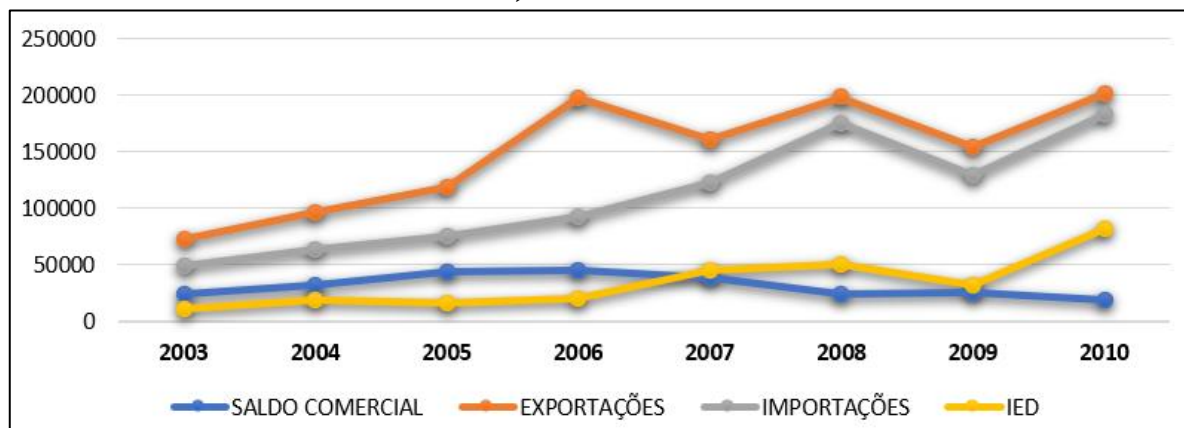
Em 2002, o Brasil continuou desonerando suas exportações e priorizando o comércio com mercados não tradicionais, como demonstrado pelas missões empresariais à Rússia e à China. A China, em particular, tornou-se um importante parceiro comercial, superando até mesmo o Japão na Ásia. Durante essas missões, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) e a China Aviation Industry Corporation II (Avic II) fecharam um acordo para produzir conjuntamente aviões destinados ao mercado chinês, além de parcerias comerciais em setores como satélites, ônibus, software e produtos agroindustriais. O Brasil também assumiu uma postura de liderança na OMC contra o protecionismo dos países desenvolvidos, especialmente no setor agrícola, onde estavam os principais interesses do país (BCB, 2002).

No Mercosul, entretanto, a crise macroeconômica, juntamente com os processos políticos de transição nos países membros, limitou os resultados expressivos na região. Por este motivo, o balanço de pagamentos em 2002 foi afetado pela redução das fontes autônomas de financiamento externo, embora tenha havido uma diminuição do déficit em transações correntes, principalmente devido ao crescimento do superávit da balança comercial, que compensou a queda nos IED (BCB, 2002).

#### **4.1.2 Governo Lula**

A partir de 2003, durante o governo de Lula, o Brasil adotou uma nova estratégia de desenvolvimento caracterizada por um papel mais ativo do Estado na economia e por avanços na área social (Biancareli, 2019). Durante o mandato de 2003 a 2010, o país esteve comprometido com a adaptação e a evolução de suas políticas econômicas e comerciais, para melhor enfrentar tanto as oportunidades quanto os desafios impostos pelo cenário global. Essas mudanças, embora motivadas por decisões políticas deliberadas, estavam intimamente ligadas ao contexto internacional, que influenciava o alcance e a eficácia dessas escolhas. Além disso, o cenário internacional, caracterizado por ciclos econômicos favoráveis, como a alta nos preços das *commodities*, desempenhou um papel importante ao proporcionar ao Brasil um alívio temporário nas formas tradicionais de vulnerabilidade externa (Biancareli, 2019).

*Gráfico 2: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Lula (2003 a 2010), em US\$ milhões*



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O início desse período foi marcado por uma readequação estratégica nas relações comerciais, com um direcionamento mais definido para os países sul-americanos e uma participação ativa em iniciativas globais. Durante estes anos, o Brasil não apenas se beneficiou das condições favoráveis do mercado internacional, mas também implementou políticas domésticas que buscavam garantir a sustentabilidade e o incremento das exportações.

No decorrer de 2003, foram adotadas diversas medidas com o intuito de impulsionar as exportações do Brasil. Entre essas ações, destacou-se uma alteração na política de comércio exterior com uma maior priorização das relações comerciais com os países da América do Sul. Além disso, o Brasil desempenhou um papel importante ao liderar a formação de uma coalizão de países em desenvolvimento na área agrícola durante uma reunião ministerial da OMC em Cancún (BCB, 2003).

O Brasil também se beneficiou das condições favoráveis do mercado internacional, incluindo aumento na liquidez global, valorização das bolsas de valores em países em desenvolvimento e perspectivas de crescimento mundial mais promissoras. A estabilidade da taxa de câmbio brasileira também contribuiu para uma recuperação nos termos de troca. Como resultado, houve uma notável melhoria no balanço de pagamentos, com o país registrando um superávit na conta de transações correntes, o terceiro maior já registrado até então, revertendo déficits anteriores (BCB, 2003).

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) no Brasil, durante o mandato de Lula, teve como foco a implementação de medidas para aumentar a taxa de investimento e a eficiência produtiva das empresas. Essas ações, integradas com iniciativas na

área de comércio exterior, visavam favorecer a sustentabilidade e o aumento das exportações no futuro, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade externa do país (BCB, 2004).

A estabilidade econômica interna, em 2004, também foi evidenciada pelo excelente superávit comercial, resultados positivos das transações correntes e melhoria dos indicadores de dívida externa e pública. Isso, junto com as condições favoráveis do mercado internacional, possibilitou a elevação do *rating* soberano do Brasil e melhorou o acesso ao mercado financeiro internacional (BCB, 2004). Por outro lado, em 2005, as negociações multilaterais, como na OMC, apresentaram limitações, conforme o Banco Central do Brasil, devido à postergação de questões de interesse para o Brasil, como a definição dos percentuais de cortes de subsídios e tarifas, além das negociações sobre acesso a mercados agrícolas, que foram adiadas para o ano seguinte (BCB, 2005).

Entretanto, o país ainda manteve superávits crescentes na balança comercial, impulsionados pelo crescimento global e aumento dos preços das *commodities*. Isso permitiu reduzir os passivos externos e melhorar os indicadores de solvência, visto que o Brasil estava acumulando mais ativos em moeda estrangeira do que dívidas externas. Além disso, em 2005, a consistência dos resultados da política econômica, aliada à abundância de liquidez internacional e ao influxo de divisas, possibilitou a implementação de uma estratégia para redução da vulnerabilidade externa. Isso foi respaldado tanto pela reestruturação e redução dos passivos externos quanto pelas antecipações de pagamentos de dívidas ao FMI e ao Clube de Paris, o que favoreceu uma percepção positiva de solvência por parte dos investidores estrangeiros (BCB, 2005).

Em 2006, a política de comércio exterior do Brasil seguiu as mesmas diretrizes estabelecidas desde 2003. Contudo, as negociações externas tiveram pouca evolução, especialmente devido à suspensão da Rodada de Doha pela OMC e à paralisação das negociações no âmbito do Mercosul e da Alca. Porém, houve renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA até 2008, que beneficiou as exportações brasileiras. Assim, o fortalecimento do balanço de pagamentos foi estimulado pela elevação das reservas internacionais, redução da dívida externa pública e aumento dos ingressos líquidos de divisas (BCB, 2006).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, introduziu medidas visando aumentar a competitividade do Brasil no mercado global, com foco em desoneração fiscal para investimentos, especialmente em logística, como portos. Essas ações foram essenciais para reduzir os custos do setor exportador e manter a expansão das quantidades exportadas e importadas pelo país. Entretanto, as negociações globais de liberalização

comercial na OMC, suspensas desde 2006, não avançaram de forma significativa em 2007 devido ao impasse entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Enquanto os países desenvolvidos buscavam maior abertura nos setores industrial e de serviços dos países em desenvolvimento, estes últimos exigiam cortes de tarifas sobre suas exportações agrícolas e redução de subsídios agrícolas (BCB, 2007).

Apesar da deterioração do cenário econômico global no final de 2007, refletida na volatilidade dos mercados financeiros internacionais e nas expectativas negativas em relação aos EUA, a economia brasileira apresentou um impacto limitado, evidenciando a eficácia do ajuste macroeconômico dos últimos anos. Outrossim, os indicadores de sustentabilidade externa brasileira demonstraram um quadro favorável, com a continuidade da melhoria dos prêmios de risco e uma posição credora reforçada, resultante do aumento das reservas internacionais e da redução da dívida externa (BCB, 2007).

Em 2008, a política de comércio exterior do Brasil passou por mudanças devido às condições econômicas globais. Inicialmente focada no desenvolvimento sustentável, especialmente com o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), as ações do governo foram posteriormente direcionadas para garantir a liquidez em moeda estrangeira e favorecer as exportações diante da crise financeira internacional. A PDP foi implementada como parte das políticas de longo prazo adotadas nos últimos anos, como a PITCE em 2004, o PAC em 2007, o PDE e o PACTI. A estratégia da PDP visava manter a robustez do balanço de pagamentos brasileiro, que havia contribuído significativamente para o fortalecimento da economia nos últimos anos, ampliando a capacidade produtiva, inovação e fortalecendo as micro e pequenas empresas (BCB, 2008).

Em 2009, as restrições no crédito externo durante a crise financeira global afetaram o comércio exterior brasileiro, levando parte das operações financeiras para o mercado doméstico. O governo concentrou-se em garantir a liquidez em moeda estrangeira. Assim, após o período crítico da recessão, os resultados positivos da política econômica brasileira tornaram-se evidentes, com ajustes nas transações correntes do país e fluxos contínuos de capitais estrangeiros, financiando o balanço de pagamentos e acumulando reservas internacionais. O déficit em transações correntes diminuiu em comparação com 2008 e o balanço de pagamentos manteve superávit pelo nono ano consecutivo, com excedentes de financiamento externo e indicadores como o risco-país e a taxa de câmbio mostrando melhorias (BCB, 2009).

Outrossim, o governo implementou, em 2010, uma série de medidas de política de comércio externo visando aumentar a competitividade das exportações do Brasil. Estas incluíram a aceleração da devolução de créditos tributários para exportadores, a exclusão da

receita de exportações do cálculo do faturamento para micro e pequenas empresas no Simples Nacional, e a eliminação do redutor do imposto de importação sobre autopeças. Além disso, foram criados o Fundo Garantidor de Comércio Exterior e a Agência de Crédito à Exportação do Brasil S.A., com o objetivo de facilitar garantias e apoio financeiro para as exportações. Estas medidas buscaram reduzir custos, incentivar as exportações e impulsionar a economia brasileira no mercado global (BCB, 2010).

A economia brasileira, naquele ano, ainda experimentou uma consolidação no processo de recuperação, o que se refletiu em um aumento significativo na demanda por bens e serviços importados, bem como em remessas líquidas de renda mais elevadas (BCB, 2010). As turbulências internacionais durante este mandato, incluindo a crise financeira global de 2007-2008, não passaram despercebidas, mas o Brasil mostrou resiliência graças a um conjunto de políticas macroeconômicas consistentes, que fortaleceram as reservas internacionais e reduziram a vulnerabilidade externa. Ao final da década, essas estratégias culminaram em um superávit de US\$49,1 bilhões em 2010, mostrando um equilíbrio favorável entre os fluxos de entrada e saída de recursos do país, e consolidando seu papel como um importante ator no cenário econômico mundial.

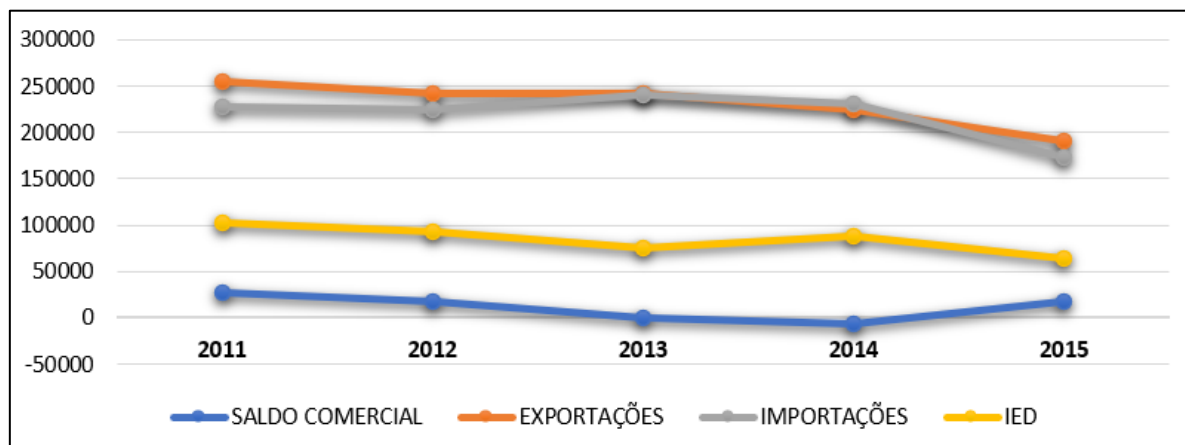
Esta fase de crescimento econômico global e aumento na demanda por exportações brasileiras ajudou o país a reduzir sua exposição a choques externos, como grandes déficits na balança de pagamentos, e a aumentar suas receitas, ampliando assim a margem para implementar políticas domésticas mais autônomas. Consequentemente, as condições internacionais favoráveis permitiram ao Brasil maior liberdade para tomar decisões políticas internas, promovendo o crescimento econômico e o desenvolvimento social, enquanto minimizavam os riscos associados à sua vulnerabilidade externa estrutural (Biancareli, 2019).

#### **4.1.3 Governo Dilma**

A análise das políticas de comércio exterior do Brasil durante o Governo Dilma, em particular até o ano de 2015, revela um contexto dinâmico e desafiador que exigiu uma resposta adaptativa por parte do governo. Em 2011, a política de comércio exterior do Brasil foi guiada por dois principais eixos de atuação: o reforço dos instrumentos de defesa comercial e o estímulo à inovação e à produção nacional, com o objetivo de aumentar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. O Programa Brasil Maior (PBM), instituído em continuidade à PDP, concentrou-se em áreas como comércio exterior, defesa da indústria e mercado interno, investimento e inovação. Além disso, as medidas relacionadas ao comércio

exterior foram orientadas para desoneração das exportações, defesa comercial, financiamento e garantia para as exportações, e promoção comercial (BCB, 2011).

*Gráfico 3: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Dilma (2011 a 2015), em US\$ milhões*



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

No contexto externo, o Brasil registrou uma posição confortável, com redução do déficit em transações correntes em relação a 2010, expansão da corrente de comércio de bens e serviços, redução do passivo externo líquido e avanço na cobertura das reservas internacionais sobre a dívida vincenda. Ademais, a política macroeconômica consistente baseada em metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, somada à regulação do Sistema Financeiro Nacional, contribuiu para a estabilidade financeira. O Brasil foi, então, reconhecido como ambiente seguro para investimentos, evidenciado na entrada líquida de US\$112,4 bilhões na conta capital e financeira e em um superávit de US\$58,6 bilhões no balanço de pagamentos (BCB, 2011).

A ação governamental no âmbito da política de comércio exterior e industrial foi guiada, em 2012, pela continuidade do PBM, reforçado por um conjunto de medidas para fortalecer a competitividade da indústria nacional nos mercados internacionais e incentivar o investimento no país. Entre essas ações, incluíram a ampliação de recursos públicos para financiamento da produção exportável, desoneração tributária das exportações e do investimento, e a retomada da agenda de redução do custo Brasil (BCB, 2012).

Além disso, apesar das incertezas sobre a crise internacional, o Brasil registrou o décimo segundo resultado positivo consecutivo no balanço de pagamentos em 2012, com um excedente de financiamento externo. Porém, apesar do aumento do déficit em transações correntes, o país atraiu ingressos significativos de IED, consolidando sua posição como um dos principais

destinos para esses investimentos. A conta capital e financeira permaneceu positiva, motivada pelo forte ingresso de IED, resultando em um balanço de pagamentos superavitário (BCB, 2012).

Em 2013, a política de comércio exterior e industrial brasileira também foi guiada pela continuidade do PBM e pela implementação de medidas para impulsionar a competitividade da indústria nacional, incentivar investimentos em capacidade produtiva, promover a inovação e fortalecer o sistema de defesa comercial. Paralelamente, o país manteve apoio ao sistema multilateral de comércio. Globalmente, persistiram os riscos para a estabilidade financeira devido à expectativa de normalização da política monetária e aumento das taxas de juros em economias desenvolvidas. No Brasil, a intensificação desse cenário, no segundo semestre do ano, resultou em apreciação do dólar dos EUA, moderação nos fluxos de capital e aumento dos custos de financiamento externo (BCB, 2013).

Embora o Brasil tenha registrado um déficit de US\$5,9 bilhões no balanço de pagamentos após doze anos de superávits, o país continuou a atrair investimentos estrangeiros. O aumento do déficit em transações correntes, devido à redução do superávit comercial e ao aumento das despesas líquidas de serviços e rendas, foi o principal responsável pela mudança no saldo do balanço de pagamentos. Além disso, apesar das preocupações com a dívida soberana europeia, o Brasil conseguiu captar volumes significativos de investimentos estrangeiros diretos, empréstimos e títulos de longo prazo (BCB, 2013).

Em 2014, a política de comércio exterior brasileira continuou seguindo suas linhas tradicionais, com foco na simplificação burocrática, promoção comercial, desoneração tributária das exportações, apoio à inovação e aprimoramento do sistema de defesa comercial. Um destaque importante foi o lançamento do Portal Único de Comércio Exterior, que visou reduzir os prazos de exportação e importação por meio da apresentação digital única das informações aos órgãos envolvidos (BCB, 2014).

No cenário econômico global, o ano teve diferentes fases: inicialmente, incertezas devido ao crescimento econômico e tensões geopolíticas, seguidas por um período mais dinâmico nas economias desenvolvidas, especialmente nos EUA e no Reino Unido. Entretanto, no segundo semestre houve uma queda brusca nos preços do petróleo, valorização do dólar dos EUA e aumento dos riscos soberanos em economias em desenvolvimento (BCB, 2014).

No Brasil, o Banco Central agiu no mercado de câmbio para conter a volatilidade nos mercados financeiros, enquanto os investimentos diretos permaneceram estáveis. Além disso, apesar das incertezas nos mercados de dívida soberana europeus, o Brasil conseguiu atrair volumes significativos de investimento, resultando em captações líquidas positivas na conta

financeira, principalmente por meio de investimentos diretos, empréstimos e aquisição de títulos de renda fixa e ações de empresas brasileiras (BCB, 2014).

Em 2015, a política de comércio exterior do Brasil teve algumas características marcantes. Primeiramente, o governo brasileiro concentrou seus esforços na implementação do Plano Nacional de Exportações (PNE) 2015-2018, que visava expandir as exportações do país. Este plano não estabeleceu uma meta específica para o saldo comercial, mas delineou uma série de medidas para promover as exportações brasileiras. Além disso, o Brasil buscou renovar e ampliar acordos bilaterais para o comércio de veículos e outros produtos do setor automobilístico. Esses acordos automotivos foram parte integrante da estratégia de comércio exterior do país (BCB, 2015).

O resultado do balanço de pagamentos de 2015 mostrou uma redução considerável no déficit em transações correntes em comparação com o ano anterior. Isso foi atribuído, em parte, à reversão do déficit comercial e a diminuições nas despesas líquidas de serviços e renda primária. Alguns fatores externos também influenciaram a política econômica brasileira, como a normalização da política monetária nos Estados Unidos, a desaceleração do crescimento global, a queda nos preços das *commodities* e as turbulências no mercado chinês. O resultado deste cenário internacional incerto foi uma apreciação do dólar e uma maior aversão ao risco nos mercados financeiros, afetando os fluxos de capitais para economias em desenvolvimento (BCB, 2015).

Contudo, apesar das condições adversas nos mercados internacionais, o Brasil conseguiu manter um fluxo consistente de investimentos diretos estrangeiros ao longo do ano, o que contribuiu para que o balanço de pagamentos registrasse um excedente de financiamento externo em 2015, em contraste com a necessidade de financiamento no ano anterior (BCB, 2015). Dessa forma, a evolução das políticas de comércio exterior durante o mandato da presidente Dilma não apenas ajudou a atenuar a vulnerabilidade econômica do Brasil, mas também fortaleceu a sua posição no contexto do comércio internacional.

#### **4.1.4 Governo Temer<sup>5</sup>**

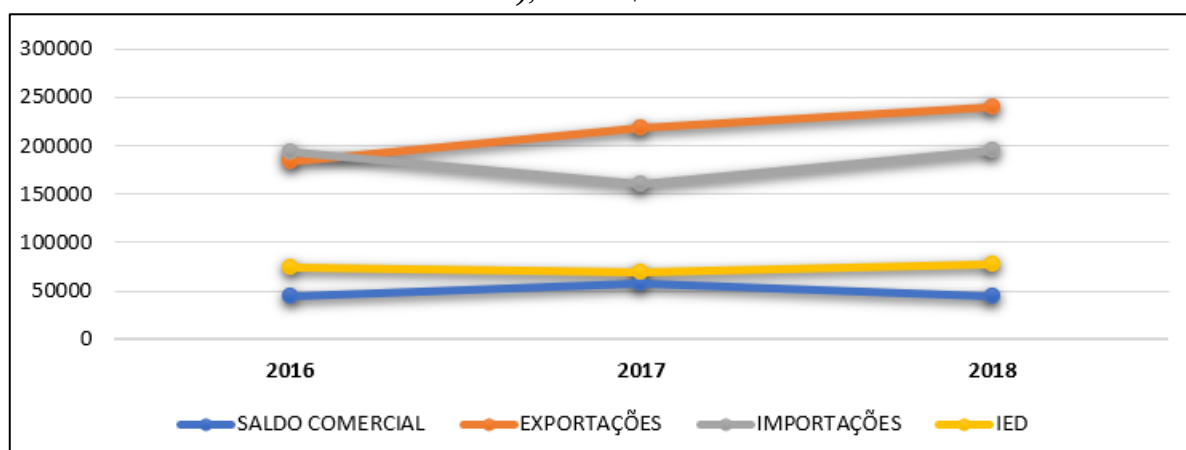
A análise das contas externas do Brasil entre 2016 e 2018, durante a administração de Temer, revela um processo de recuperação econômica e ajuste fiscal. Observou-se uma

---

<sup>5</sup> O governo de Michel Temer teve duração menor, de maio de 2016 a dezembro de 2018, em virtude de sua ascensão à presidência após o impeachment de Dilma Rousseff. Temer, então vice-presidente, completou o mandato presidencial iniciado em 2014 até as eleições presidenciais de 2018.

estagnação, em 2016, no ajuste do déficit em transações correntes, que começou em 2015, embora um ajuste significativo de mais de US\$70 bilhões tenha sido destacado, equivalente a 4% do PIB. O aumento do déficit foi atribuído à redução do superávit comercial, mas o déficit foi previsto para encerrar o ano em cerca de 1% do PIB. Entretanto, notou-se a necessidade de um desempenho mais dinâmico das exportações para continuar a redução do déficit. Paralelamente a isso, o saldo da conta capital e financeira, após uma redução desde 2015, voltou a crescer nos últimos meses de 2016, influenciada pelo aumento dos IEDs (RIBEIRO, 2016).

*Gráfico 4: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Temer (2016 a 2018), em US\$ milhões*



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Em 2017, os indicadores econômicos do Brasil continuaram a refletir uma tendência positiva, marcando uma recuperação após um período de recessão histórica. Decorridos dois anos consecutivos de queda no PIB, e com a inflação apresentando uma redução significativa, os números das contas externas divulgados pelo Banco Central consolidaram esse processo de ajuste, indicando uma baixa vulnerabilidade econômica (MP, 2018). O destaque de 2017 foi o recorde alcançado pelo saldo da Balança Comercial, atingindo US\$64,0 bilhões, em comparação com os US\$45,0 bilhões registrados em 2016 e o déficit de US\$6,6 bilhões em 2014. Esse desempenho foi alavancado pela recuperação da corrente de comércio, com as exportações alcançando US\$217,2 bilhões e as importações atingindo US\$153,2 bilhões (MP, 2018).

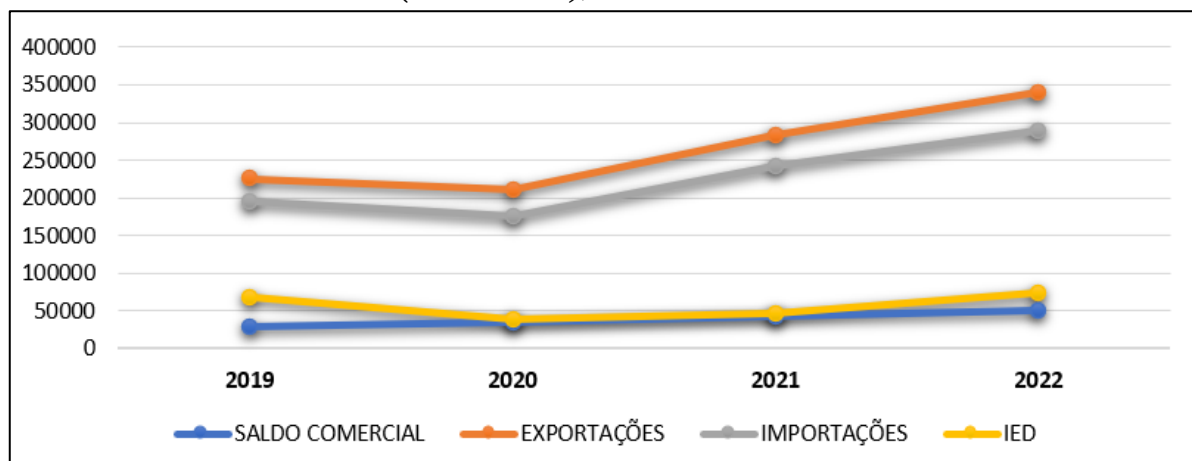
Em 2018, o saldo da balança comercial atingiu um superávit de US\$58,3 bilhões, marcando o “segundo melhor desempenho desde 1989”, segundo o Ministério da Economia. Houve crescimento tanto nas exportações quanto nas importações em termos de valor monetário, com aumentos de 9,6% e 19,7%, respectivamente, em comparação com o ano

anterior (Agência Brasil, 2019). Assim, esse período evidenciou a eficácia das políticas adotadas em resposta às crises anteriores e a habilidade do país em se ajustar a novos desafios no contexto global.

#### 4.1.5 Governo Bolsonaro

Durante a administração Bolsonaro (2019 a 2022), a balança de pagamentos do Brasil entre 2019 e 2022 apresentou um panorama dinâmico e desafiador, marcado por acontecimentos que influenciaram diretamente suas transações comerciais. Em 2019, a deterioração nas exportações do país, impulsionada por choques externos, contribuiu para o aumento do déficit nas transações correntes (BCB, 2019).

*Gráfico 5: Balança Comercial e Investimento Estrangeiro Direto no Governo Bolsonaro (2019 a 2022), em US\$ milhões*



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A análise realizada pelo Banco Central destacou que essa redução nas exportações foi principalmente impulsionada por eventos específicos que afetaram negativamente os principais parceiros comerciais do Brasil, especialmente a China e a Argentina. Esses “choques pontuais”, como o relatório atribui, tiveram efeito no desempenho exportador do Brasil. Os resultados da análise sugeriram que, se esses episódios adversos não tivessem ocorrido, a queda nas exportações teria sido muito menor. Em vez dos US\$10,6 bilhões observados, a redução teria sido de apenas US\$0,3 bilhão nos primeiros dez meses de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018, como mostra a Tabela 2 (BCB, 2019).

Tabela 2: Efeito dos choques nas exportações brasileiras em 2018 e 2019

| Acumulado ano (jan-out)*                                                                                           | US\$ bilhões |              |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
|                                                                                                                    | 2018         | 2019         | Diferença    |
| <b>Exportação - Ocorrido</b>                                                                                       | <b>199,2</b> | <b>188,6</b> | <b>-10,6</b> |
| <b>Impacto China</b>                                                                                               | <b>2,4</b>   | <b>-5,8</b>  | <b>-8,2</b>  |
| <b>Impacto Argentina</b>                                                                                           | <b>-3,5</b>  | <b>-5,5</b>  | <b>-2,1</b>  |
| <b>Exportação - Contrafactual</b>                                                                                  | <b>200,3</b> | <b>199,9</b> | <b>-0,3</b>  |
| <b>*Dados preliminares, incluindo as revisões anunciadas pela Secex/ME para exportações de setembro e outubro.</b> |              |              |              |

Fonte: Adaptado de Estudo Especial de 2019, do Banco Central.

O Boletim de Conjuntura Econômica de 2021 da Universidade Estadual de Maringá (UEM) destacou que, em 2020, a balança comercial do Brasil registrou um superávit de US\$32,37 bilhões, um aumento de 21,97% em relação ao ano anterior. Contudo, tanto as exportações quanto as importações apresentaram uma redução em comparação com 2019. A melhoria no saldo da balança comercial foi promovida principalmente pela redução das importações em 10,50%, que superou a queda nas exportações de 6,68% em comparação com 2019 (Murillo *et al*, 2021).

Dois fatores principais influenciaram essa dinâmica. Primeiramente, os preços das *commodities* agrícolas aumentaram, o que proporcionou uma vantagem para as exportações brasileiras. Em segundo lugar, ocorreu uma depreciação cambial significativa de 29% em termos nominais e 21,6% em termos reais efetivos em 2020, quando ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Porém, esses fatores não foram suficientes para compensar a forte queda na demanda externa por produtos brasileiros (Murillo *et al*, 2021).

Além disso, é importante notar que o comércio global como um todo sofreu uma queda significativa em 2020 devido à pandemia de COVID-19. O Brasil, que já estava lidando com os efeitos de uma crise econômica anterior, viu sua situação econômica se agravar com a chegada da pandemia. O distanciamento social e outras medidas de contenção tiveram grandes impactos econômicos no país, assim como em outras partes do mundo (Murillo *et al*, 2021).

Nos anos seguintes, especialmente em 2021 e 2022, o Brasil mostrou sinais de recuperação, com a balança comercial registrando superávits. As exportações alcançaram recordes inéditos em 2022, demonstrando um aumento tanto em volume quanto em preços, o que contrabalançou as dificuldades enfrentadas anteriormente. Contudo, o país ainda lidou com

déficits nas transações correntes, evidenciando a fragilidade de sua economia em um ambiente global volátil. (Ministério da Economia, 2022).

Por fim, no ano de 2022, a balança comercial brasileira apresentou resultados impulsionados por um desempenho tanto nas exportações quanto nas importações. Este crescimento foi promovido por um aumento significativo tanto no preço dos bens exportados, que expandiu em 13,6%, quanto no volume embarcado, que registrou um aumento de 5,5%. Por sua vez, as importações também alcançaram um recorde histórico, totalizando US\$272,7 bilhões, marcando um aumento de 24,3% em relação a 2021. Esse aumento foi liderado pelo crescimento do preço dos bens importados, que registrou um aumento de 23,4%, enquanto o volume das compras externas cresceu 2,6% (MDIC, 2023).

O saldo comercial anual fechou com um superávit de US\$62,3 bilhões, um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior. Além disso, a corrente de comércio registrou uma expansão de 21,5%, totalizando US\$607,7 bilhões. Tanto o saldo comercial quanto a corrente de comércio alcançaram os maiores valores da série histórica, que remonta a 1989 (MDIC, 2023).

As dinâmicas analisadas entre 1997 e 2022 destacam a importância de uma gestão econômica proativa e de estratégias que visem a diversificação das parcerias comerciais e o fortalecimento da competitividade do Brasil no cenário internacional. O desempenho das exportações e o equilíbrio da balança de pagamentos são importantes para a sustentação do crescimento econômico do país, especialmente em um mundo cada vez mais interconectado e propenso a choques externos.

## **4.2 Evolução das exportações brasileiras: produtos, setores e mercados**

### **4.2.1 A Importância das Exportações**

A análise econômica contemporânea busca compreender os mecanismos que regem as relações comerciais internacionais. Dentro deste escopo, as importações e as exportações se destacam como elementos centrais para compreender a dinâmica das economias globais. Silva (2010) reflete que as importações são influenciadas pelo nível de produto e renda doméstica (Silva, 2010). A perspectiva do autor é de que, quando a economia doméstica cresce e a renda aumenta, a demanda por bens e serviços tende a se expandir, incluindo a demanda por produtos estrangeiros. Isso resulta em um aumento das importações, indicando uma relação positiva entre o nível de produto doméstico e as importações.

Por outro lado, ao analisar as exportações, o autor sugere que elas são vistas como uma função da renda do “resto do mundo” (Silva, 2010). Isso implica que as exportações não dependem diretamente do nível de produção doméstica, mas sim da demanda externa, ou seja, da renda e das preferências de consumo de outros países. Nesse sentido, o autor as considera como “autônomas” em relação ao produto doméstico (Silva, 2010).

Como ressaltado por Medeiros e Serrano (2001), a literatura econômica frequentemente subestima a importância das exportações como uma fonte de expansão da demanda agregada. Essa subestimação é, em muitos casos, atribuída ao debate entre o crescimento liderado por exportações e o liderado pelo mercado interno, o que pode resultar na subavaliação do papel das exportações no alívio das restrições externas (Medeiros e Serrano, 2001, *apud* Silva, 2010).

Nesse sentido, é possível encontrar duas perspectivas diferentes sobre os motores do crescimento econômico, quando liderado pelo mercado interno e quando liderado pelas exportações. Silva (2010) propõe que, no primeiro caso, o crescimento liderado pelo mercado interno ocorre quando os gastos autônomos dentro da economia doméstica, especialmente o investimento, são os principais impulsionadores do crescimento econômico. Portanto, a demanda interna por bens e serviços, incluindo o consumo das famílias e o investimento das empresas, é o principal motor do crescimento. Nessa situação, as exportações são consideradas como “resíduos” da expansão interna, ou seja, elas não são o principal fomentador do crescimento, mas sim um resultado secundário do aumento da atividade econômica interna (Silva, 2010).

Em contrapartida, quando é liderado pelas exportações, o crescimento econômico é promovido principalmente pela demanda externa, ou seja, pela demanda por bens e serviços produzidos no país por parte de outros países. Nesta situação, as exportações são o principal componente da demanda final da economia, o motor principal do crescimento (Silva, 2010). Quando a demanda externa é robusta e crescente, as empresas aumentam sua produção para atender a essa demanda externa, o que leva a um crescimento econômico geral.

A análise do autor enfatiza que existe a necessidade de uma abordagem mais holística para entender o papel das exportações no crescimento econômico, especialmente para os países em desenvolvimento, onde as restrições externas são uma preocupação mais importante (Silva, 2010). Nas palavras do autor,

Fica nítido que a classificação de crescimento liderado pelas exportações ou pelo mercado interno usualmente negligencia a importância das exportações para o deslocamento da restrição externa. Torna-se mais correto pensar em crescimento do mercado interno acompanhado do crescimento das exportações do que colocá-los

como duas alternativas antagônicas, pelo menos para os países em desenvolvimento (Silva, 2010, p.15).

Essa abordagem em conjunto reconhece a interdependência entre o crescimento do mercado interno e o desempenho das exportações. Além disso, destaca a importância de políticas que promovam ambos simultaneamente, pois podem contribuir para diversificar a base econômica e reduzir a vulnerabilidade a choques externos.

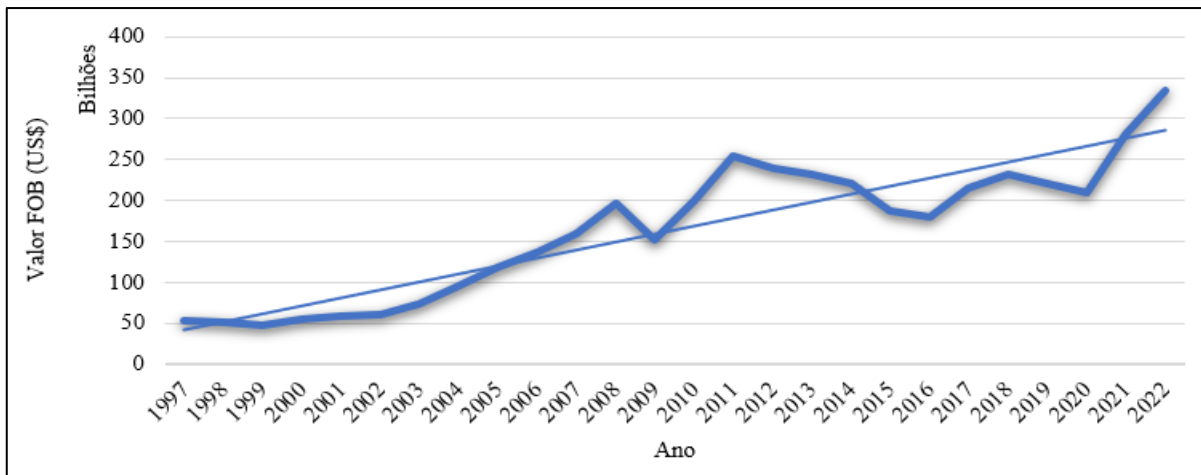
Nesse sentido, o enfoque nas exportações emerge como um elemento crucial para o crescimento econômico e a industrialização em países como os da América Latina, uma vez que promove a elevação da produtividade industrial e assegura a entrada de divisas, fundamentais para a estabilidade econômica. Conforme ressalta Furtado (1977), essa orientação exportadora desempenha um papel importante na mitigação da vulnerabilidade externa, pois possibilita que os governos enfrentem as restrições financeiras impostas pelo ambiente global, contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos (Furtado, 1997 apud Mantoan; Ferreira, 2020).

Através da adoção de políticas que favoreçam as exportações, os países latino-americanos não apenas diversificam suas economias e aumentam sua competitividade no mercado internacional, mas também criam um período de desenvolvimento sustentável. Portanto, a ênfase nas exportações se configura como um instrumento essencial para a transformação estrutural da economia regional e para a construção de um futuro econômico mais estável e resiliente.

#### **4.2.2 Principais produtos, setores e mercados entre 1997 e 2022**

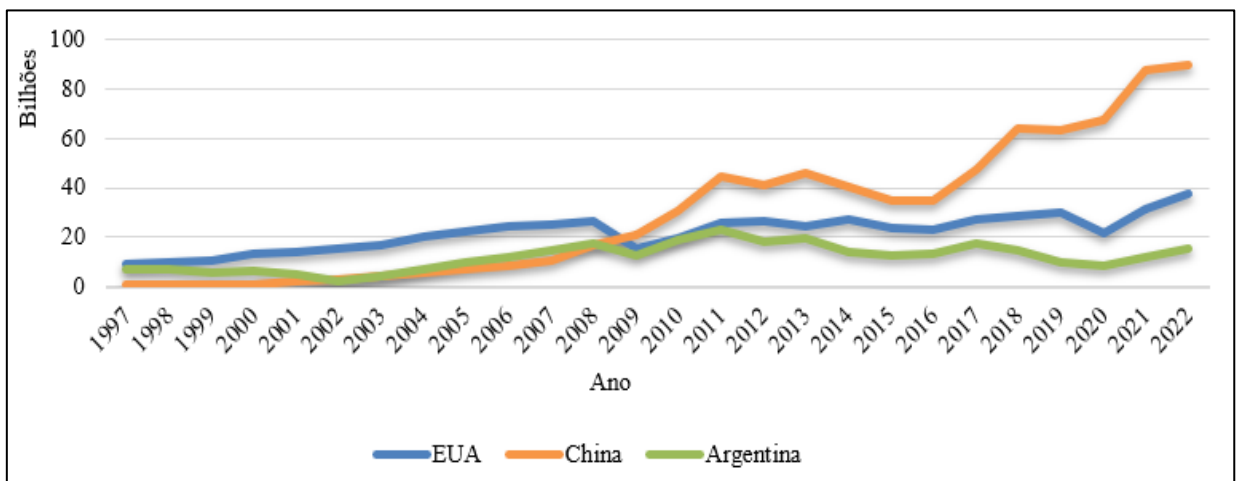
Nesta seção, é apresentada uma análise das exportações totais do Brasil ao longo de um período de 26 anos, abrangendo de 1997 a 2022, organizadas por cada governo. O Apêndice 1 apresenta o principal produto exportado em cada ano durante esse intervalo, juntamente com seu código NCM e o valor FOB (Free on Board). O Gráfico 6 abaixo ilustra o valor total das exportações brasileiras em termos de Valor FOB ao longo dos anos analisados. Já o Gráfico 7 demonstra a evolução das exportações brasileiras de 1997 a 2022 para os principais destinos: Estados Unidos, China e Argentina.

Gráfico 6: Exportações totais do Brasil entre os anos 1997 e 2022 em Valor FOB (US\$)



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria.

Gráfico 7: Principais Destinos das Exportações<sup>6</sup> Brasileiras (1997-2022): Estados Unidos, China e Argentina



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria.

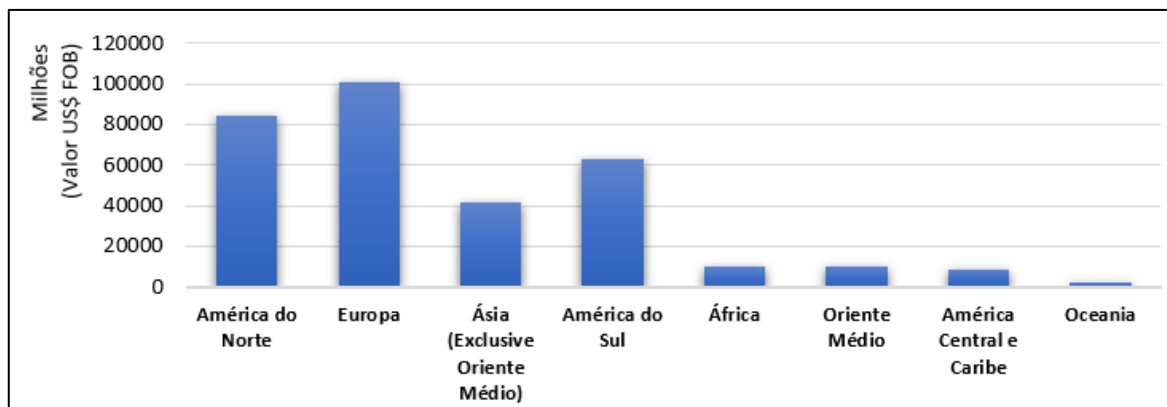
#### 4.2.2.1 Governo FHC

Em 1997, 1998 e 1999, o café não torrado, não descafeinado, em grão, identificado pelo código NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 9011110, foi o principal produto exportado (ver Apêndice 1). Em 1997 especificamente, o Brasil experimentou um cenário diversificado nas exportações. A safra recorde daquele ano impulsionou as exportações de produtos agrícolas,

<sup>6</sup> Valor das exportações em US\$ FOB

como soja e café, com volumes significativos e preços internacionais favoráveis, especialmente com a elevação dos preços médios da saca de café, devido ao aumento do consumo global e à queda na safra colombiana (BCB, 1997).

*Gráfico 8: Exportações Brasileiras por Região Mundial (1997-2002), em US\$ FOB*



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria.

O Brasil se destacou como o maior exportador mundial de fumo em folhas, aumentando o volume embarcado, apesar da queda nos preços. Setores como veículos e aeronaves apresentaram desempenho positivo, encontrando mercados favoráveis na América Latina e em países com acordos comerciais preferenciais. Porém, alguns setores, como açúcar em bruto, celulose e calçados, enfrentaram desafios devido ao excesso de oferta e queda nos preços internacionais (BCB, 1997).

Em relação aos destinos das exportações, a União Europeia foi a principal compradora dos produtos brasileiros em 1997, totalizando US\$14,5 bilhões e aumentando sua fatia para 27,4% do total, com um crescimento de 13%. Houve um aumento nas vendas para países como Alemanha (25,2%), Países Baixos (12,7%) e França (22%), e destacam-se as exportações de café em grão para a Alemanha e as vendas de soja para os Países Baixos (BCB, 1997).

Em 1998, o comércio exterior do Brasil teve altos e baixos, seguindo um padrão semelhante ao do ano anterior. No primeiro semestre, as exportações aumentaram, especialmente nos produtos manufaturados, como os materiais de transporte. Contudo, os produtos básicos, como café e soja, viram uma queda devido aos preços mais baixos. As indústrias de automóveis e aviação investiram em modernização, o que ajudou a expandir as vendas em mercados já conhecidos e em alguns novos. No primeiro semestre, categorias variadas de produtos, como açúcar, minérios e produtos químicos, tiveram um bom aumento nas exportações. Diferentemente, no segundo semestre, apenas suco de laranja e minérios

continuaram crescendo, enquanto outros setores, como soja, café e calçados, continuaram a cair (BCB, 1998).

Um destaque em 1998 foi o bom desempenho dos produtos químicos inorgânicos, como a alumina, graças à abertura de uma nova fábrica no Pará naquele ano. Isso representou um grande avanço na pauta das exportações, pois substituiu as exportações de minério por produtos com mais valor agregado. No setor de produtos metalúrgicos, as vendas se concentraram mais na América Latina, União Europeia e Estados Unidos, devido ainda à crise na Ásia. As vendas de tubos de ferro e aço para a Bolívia também se destacaram, especialmente para o projeto de construção de um gasoduto entre os dois países (BCB, 1998).

Apesar da crise internacional, as vendas de produtos manufaturados para os EUA e UE aumentaram em comparação com o ano anterior, embora em menor escala no segundo semestre. Por outro lado, houve uma queda significativa nas exportações de manufaturados para a Ásia e Europa Oriental, e uma redução menor para a América Latina, incluindo o Mercosul. A Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), apesar de também apresentar uma diminuição, permaneceu como a principal região compradora dos produtos manufaturados brasileiros, seguida pelos EUA e UE (BCB, 1998).

Em 1999, a quantidade de produtos exportados pelo Brasil aumentou em 7,7%, o que foi impulsionado pelo crescimento da lucratividade dos exportadores devido à mudança na taxa de câmbio. Isso significa que, com a desvalorização da moeda nacional, os exportadores lucraram mais quando converteram seus ganhos em moeda local. O índice de rentabilidade em reais das exportações, medido pela Funcex, cresceu em 16,6% em relação ao ano anterior. Contudo, esse aumento atingiu seu ponto máximo no primeiro trimestre e depois diminuiu, principalmente pelos efeitos da desvalorização do câmbio sobre os preços domésticos, especialmente os preços por atacado (BCB, 1999).

A crise econômica internacional teve um efeito relevante no comércio do Brasil com seus principais parceiros comerciais. A demanda por produtos brasileiros foi afetada de maneira variada, com alguns países conseguindo manter o crescimento econômico, como os Estados Unidos e o México, e outros sendo mais afetados pela crise, como os países latino-americanos (BCB, 1999). Isso indicou que as exportações brasileiras mostraram maior resiliência nos países que continuaram a crescer, enquanto registraram diminuição nas regiões mais afetadas pela crise.

Em 2000, ocorreu uma mudança, com os outros grãos de soja, mesmo triturados (código NCM 12010090), assumindo um papel de destaque e continuando a ser o principal produto exportado até 2005, com exceção de 2001. As exportações brasileiras tiveram um aumento de 11% na quantidade e de 3,3% nos preços, resultando em um aumento geral de 14,7% no valor exportado. Esse crescimento foi alavancado pelo forte aumento do comércio global, com um

volume 10% maior em comparação com anos anteriores. A modernização industrial também contribuiu para a competitividade das exportações brasileiras naquele ano (BCB, 2000).

Analisando por categorias de produtos, o aumento de 11% na quantidade exportada em 2000 foi liderada pelo crescimento tanto dos produtos básicos, com um aumento de 8,5%, quanto dos manufaturados, com um aumento de 17,1%. Por outro lado, os produtos semimanufaturados tiveram uma redução de 6,9% na quantidade exportada. Quanto aos preços, houve um aumento de 14,4% nos semimanufaturados e de 1,7% nos produtos manufaturados, compensando a redução de 2,1% nos preços dos produtos básicos e resultando em um aumento geral de 3,3% nos preços das exportações (BCB, 2000).

Dentre os destaques, as exportações de soja aumentaram significativamente, estimuladas pelo aumento da demanda da China. Em contrapartida, as exportações de café cru em grão, que vinham sendo o principal produto exportado nos anos anteriores, diminuíram devido à estratégia de retenção de parte da safra para manter os preços internacionais, conforme Apêndice 1. Além disso, os setores de minério de ferro e outros produtos agrícolas também apresentaram aumentos consideráveis nas exportações, apesar das quedas nos preços de algumas *commodities*, como café e fumo (BCB, 2000).

As exportações para a Aladi registraram um aumento no ano 2000, especialmente para os países fora do Mercosul, como México, Chile e Venezuela. Esse aumento foi promovido pelo acordo no setor automotivo com o México, resultando em um crescimento expressivo nas vendas de automóveis, autopeças e outros produtos relacionados (BCB, 2000).

No ano de 2001, a exportação de outros aviões/veículos aéreos (código NCM 88023090), com peso entre 2.000 kg e 15.000 kg, vazios, destacou-se como um avanço na indústria aeronáutica brasileira. No entanto, essa categoria foi uma exceção em meio à predominância dos setores agrícola e mineral nos anos seguintes. Embora tenha sido o produto com o maior valor FOB exportado em 2001 (conforme mostrado no Apêndice 1), as exportações de aviões diminuíram em relação a 2000, especialmente nas vendas para a União Europeia, que sofreram uma queda de 19,1% (BCB, 2001).

No entanto, outros setores mostraram um desempenho mais positivo, como os produtos básicos, que alcançaram um recorde de US\$15,3 bilhões em exportações, representando um aumento de 22,1% em relação a 2000. Esse crescimento foi principalmente impulsionado pela elevação nas exportações de carnes, soja e farelo de soja, que se beneficiaram da redução na produção de carne e ração animal na Europa. As exportações de carnes, incluindo frango, bovina, suína e peru, aumentaram especialmente devido ao aumento na quantidade destinada à UE, Japão, Arábia Saudita, Rússia, Hong Kong e Argentina. Além das carnes, as exportações

de soja e farelo de soja também apresentaram um bom desempenho, principalmente em relação à UE e países asiáticos (BCB, 2001).

Em 2002, o superávit da balança comercial brasileira alcançou US\$13,1 bilhões, com exportações totalizando US\$60,4 bilhões e importações de US\$47,2 bilhões. Observou-se um aumento nas exportações de petróleo para mercados não tradicionais, como Índia, Emirados Árabes Unidos, Santa Lúcia, Bahamas e Trinidad e Tobago. Apesar da queda nos preços, as exportações de carnes (frango, bovina, suína e peru) cresceram devido ao incremento nos embarques, especialmente para a Rússia (BCB, 2002).

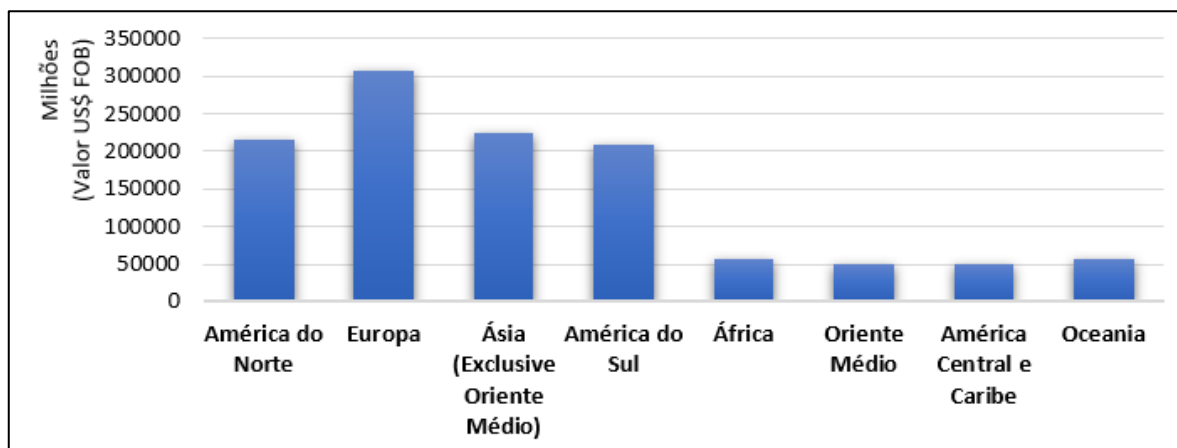
Além disso, as exportações de produtos semimanufaturados, como ferro ou aço, alumínio e zinco em bruto, assim como madeira, também apresentaram crescimento. Os envios de automóveis de passageiros aumentaram, especialmente para o México e os EUA, enquanto as exportações de autopeças sofreram uma diminuição. Apesar da redução na quantidade embarcada, o valor das exportações subiu em virtude da recuperação nos preços, especialmente para os países europeus e os EUA. Por outro lado, as exportações de aviões e calçados caíram, impactadas pela crise no setor de aviação e pelas quedas nas exportações para a Argentina (BCB, 2002).

No entanto, as exportações de soja (ver Apêndice 1) e farelo de soja voltaram a se destacar, com a China se consolidando como o principal comprador da soja brasileira. Observou-se uma redução significativa nas exportações para o Mercosul, especialmente para a Argentina, enquanto as vendas para os EUA e países asiáticos aumentaram, com a China e as nações do sudeste asiático se destacando (BCB, 2002).

#### **4.2.2.2 Governo Lula**

Ao longo de 2003, as exportações brasileiras cresceram 21,1% em relação ao ano anterior, enquanto as importações aumentaram apenas 2,2%, resultando em um superávit de US\$24,8 bilhões. Esse desempenho foi impulsionado pela diversificação dos produtos exportados, como carnes e matérias-primas para ração animal, que se beneficiaram da crise da “vaca louca” na Europa, além do aumento nos preços das *commodities*. A retomada das exportações para a Argentina e a expansão para mercados em desenvolvimento, como a China, também tiveram uma forte contribuição. Ademais, as medidas de promoção e incentivo às exportações implementadas nos anos anteriores, juntamente com o efeito da depreciação cambial em 2002, fortaleceram ainda mais esse cenário, evidenciando a resiliência e competitividade do setor exportador brasileiro (BCB, 2003).

Gráfico 9: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2003-2010), em US\$ FOB



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria.

Em 2004, as exportações totalizaram US\$96,5 bilhões, com um aumento de 32% em relação ao ano anterior. Os principais mercados de destino das exportações brasileiras incluíram Argentina e China, que contribuíram significativamente para o aumento absoluto das exportações. Quanto aos produtos, destacaram-se *commodities* agrícolas e metálicas, como carne de suíno, café e soja em grão. Setorialmente, houve um crescimento expressivo na exportação de peças e veículos, produtos agropecuários, produtos siderúrgicos e no setor de abate de animais (BCB, 2004).

Em 2005, os preços das exportações registraram um aumento de 12,2%, impulsionados pelos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, com destaque para café, minério de ferro, petróleo e carnes de frango e suína. No entanto, os preços do setor agropecuário apresentaram uma queda. O volume das exportações cresceu 9,3%, com os produtos básicos se destacando mais uma vez, como soja, petróleo e carnes, além de semimanufaturados como açúcar e celulose. Embora o grupo de manufaturados tenha mostrado um crescimento mais modesto, isso foi influenciado pela valorização da taxa de câmbio. Ademais, os setores de veículos automotores, abate de animais, máquinas e tratores, e refino de petróleo foram os principais responsáveis pelo aumento do volume exportado (BCB, 2005).

Durante 2006, 2007 e 2008, os óleos brutos de petróleo (código NCM 27090010) tornaram-se o principal produto exportado, se destacando tanto em termos de aumento de preço quanto de quantidade exportada (ver Apêndice 1). Além do petróleo, em 2006, outros produtos como minério de ferro, carne bovina e minérios de cobre também registraram aumentos nos preços. Além disso, os setores de extração mineral, refino de petróleo, veículos automotores e

siderurgia foram os principais motores das exportações, contribuindo tanto com aumentos nos preços quanto nas quantidades exportadas (BCB, 2006).

Em 2007, as exportações cresceram 16,6% em relação ao ano anterior, totalizando US\$160,6 bilhões. Os preços dos produtos básicos foram impulsionados pelo aumento das cotações de itens como soja, carne de frango, petróleo e milho. Ao mesmo tempo, houve uma desaceleração no crescimento dos produtos semimanufaturados, principalmente devido à queda nos preços do açúcar em bruto, embora essa diminuição tenha sido parcialmente compensada pelos aumentos em *commodities* metálicas, celulose, óleo de soja e peles. No segmento de produtos manufaturados, destacaram-se os aumentos nos preços de suco de laranja congelado, laminados de ferro ou aço, aparelhos transmissores e receptores, e óleos combustíveis, enquanto os preços de itens como açúcar refinado e álcool etílico recuaram (BCB, 2007).

Em 2008, as exportações totalizaram US\$198 bilhões, representando um aumento de 23,2%, enquanto as importações cresceram 43,6%, alcançando US\$173 bilhões. O incremento no valor das exportações foi impulsionado principalmente pela elevação nos preços dos produtos, que apresentaram um aumento médio de 26,3%, compensando a leve queda de 2,5% na quantidade exportada. Nesse ano, destacaram-se os aumentos nos preços da soja, minério de ferro, farelo de soja, petróleo e carne bovina. Nos setores de exportação, os principais destaques foram a extração de petróleo, minerais metálicos (especialmente ferro), agricultura e pecuária (sobretudo soja e carnes), metalurgia básica, além de produtos alimentícios e bebidas (BCB, 2008).

Seguindo para 2009, a soja retorna como o principal produto exportado, o que reitera sua posição consolidada no mercado internacional. No entanto, os preços dos principais produtos básicos exportados, como petróleo, minérios de cobre, carne suína, milho, carne de frango, carne bovina, minério de ferro e soja, apresentaram uma diminuição. Por outro lado, as quantidades exportadas aumentaram para milho, petróleo, soja e carne suína, enquanto houve reduções nas exportações de carne bovina, minério de cobre e minério de ferro. Em termos de volume exportado, destacou-se o crescimento nas exportações de petróleo, agricultura e pecuária, além de produtos químicos, enquanto os embarques de veículos automotores, máquinas e equipamentos, e minerais metálicos sofreram quedas (BCB, 2009). Além disso, a partir de 2009, a China consolidou-se como o principal parceiro comercial do Brasil (ver Gráfico 7).

Em 2010, a tendência muda novamente, com o destaque voltando para os minérios de ferro e seus concentrados (código NCM 26011100), que continuam a dominar as exportações até 2013. As exportações totais foram favorecidas por aumentos de 20,5% nos preços e 9,5%

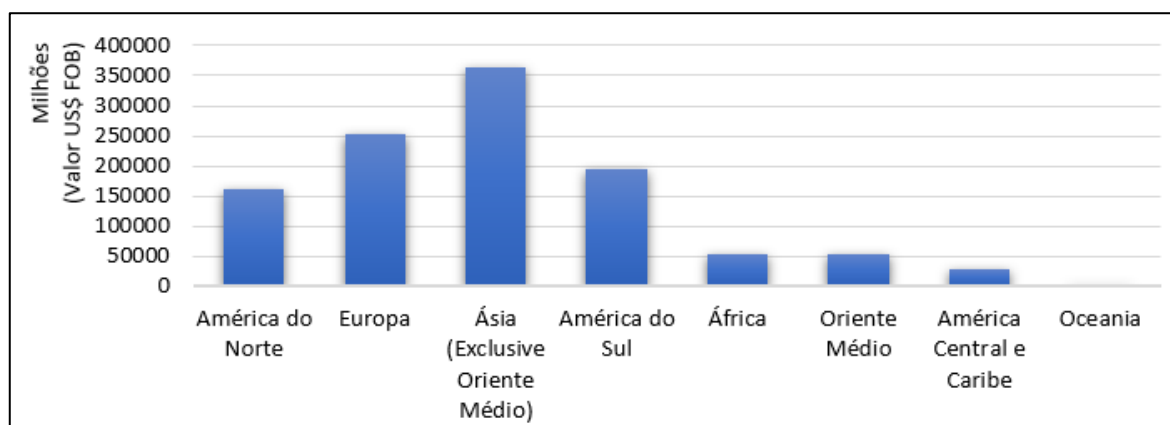
no volume, com crescimentos abrangentes em todas as categorias de produtos. Os principais produtos exportados incluíram café cru, carne suína, milho em grãos, petróleo, minérios de ferro e farelo de soja. Além disso, no setor de semimanufaturados, observou-se um aumento nos preços do açúcar de cana em bruto, celulose, couros e peles, e produtos semimanufaturados de ferro ou aço. Nas exportações de manufaturados, destacaram-se itens como açúcar refinado, óleos combustíveis, polímeros e veículos (BCB, 2010).

Além disso, ao final do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a região asiática começou a ganhar relevância como um importante parceiro comercial do Brasil, conforme mostrado nos gráficos 8 e 9.

#### 4.2.2.3 Governo Dilma

Em 2011, as exportações continuaram a ser impulsionadas por aumentos nos preços e no volume em todas as categorias de produtos. Nos produtos básicos, destacaram-se o trigo em grãos, café cru, milho em grãos, petróleo e minério de ferro. Os semimanufaturados também tiveram aumento nos preços de açúcar de cana em bruto, óleo de soja, mates de níquel, produtos semimanufaturados de ferro ou aço e borracha sintética e artificial. Já nos manufaturados, houve aumentos em produtos como álcool etílico, óleos combustíveis, suco de laranja congelado, hidrocarbonetos e seus derivados, e açúcar refinado (BCB, 2011).

*Gráfico 10: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2011-2015), em US\$ FOB*



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria.

Em 2012, tanto as exportações quanto as importações sofreram uma queda, registrando reduções de 5,3% e 1,4%, respectivamente. Os setores de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados foram os mais impactados, tendo a Ásia, a União Europeia e os EUA como os

principais destinos. Em termos de tecnologia, as exportações de produtos industriais de baixa tecnologia tiveram um aumento significativo, enquanto as de média-alta tecnologia diminuíram. Os principais destinos dessas exportações foram a Argentina, EUA, México e Holanda (BCB, 2012).

As exportações de produtos básicos, em 2013, foram lideradas por minério de ferro, soja em grão e petróleo bruto, principalmente destinadas à China. Além deles, os produtos manufaturados representaram uma parte significativa das exportações, com destaque para plataformas de perfuração/exploração, automóveis de passageiros e óleos combustíveis, principalmente para a América Latina e Caribe. Os produtos de baixa tecnologia dominaram as exportações industriais, seguidos por média-baixa, média-alta e alta tecnologia, com destinos variados em todo o mundo (BCB, 2013).

Entre 2014 e 2019, a soja reafirmou sua posição como o principal produto exportado (código NCM 12019000), refletindo um amadurecimento da cadeia produtiva e uma adaptação às exigências do mercado global. No entanto, as exportações brasileiras em 2014 enfrentaram uma queda geral de 7,0%, afetando todos os setores: produtos manufaturados (-13,7%), semimanufaturados (-4,8%) e básicos (-3,1%). Os produtos básicos lideraram as exportações, e os principais destinos foram a Ásia, União Europeia, América Latina e Caribe, com China, EUA e Holanda como os principais parceiros comerciais. Além disso, apesar da redução nas exportações, o Brasil continuou a atrair investimentos, especialmente nos setores de alimentos e produtos químicos (BCB, 2014).

Em 2015, as vendas externas de produtos básicos se destacaram, totalizando US\$87,2 bilhões, o que representou 45,6% do total exportado naquele ano. Os principais produtos dessa categoria foram soja em grão, minério de ferro e petróleo bruto, com os principais destinos sendo a China (33,0%), os EUA (5,0%) e a Holanda (5,0%). A Ásia emergiu como o principal mercado para esses produtos, absorvendo 52,7% das vendas e representando 72,8% das exportações para a região (BCB, 2015).

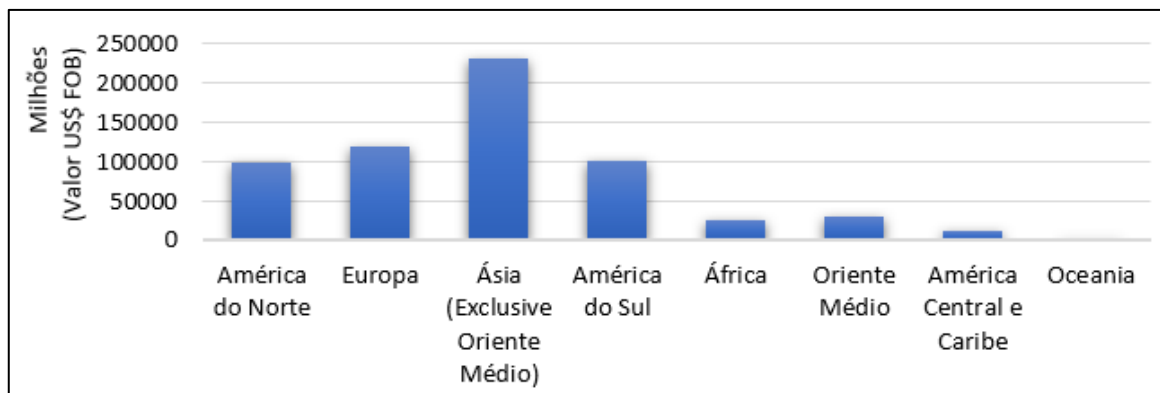
Adicionalmente, durante o governo de Dilma Rousseff, a Ásia, com destaque para a China, consolidou-se como a principal região parceira comercial do Brasil, conforme demonstrado pelo gráfico 10.

#### **4.2.2.4 Governo Temer**

De acordo com o MDIC, embora o valor total das exportações em 2016 tenha diminuído em 3,5%, houve um crescimento notável nas exportações de produtos industrializados, que

alcançaram volumes recordes em produtos como carne de frango, celulose e suco de laranja. Além disso, itens como açúcar em bruto, ouro semimanufaturado, madeira serrada, plataformas de petróleo e automóveis foram os principais destaques (MDIC, 2017).

*Gráfico 11: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2016-2018), em US\$ FOB*



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria.

De acordo com o MDIC, embora o valor total das exportações em 2016 tenha diminuído em 3,5%, houve um crescimento notável nas exportações de produtos industrializados, que alcançaram volumes recordes em produtos como carne de frango, celulose e suco de laranja. Além disso, itens como açúcar em bruto, ouro semimanufaturado, madeira serrada, plataformas de petróleo e automóveis foram os principais destaques (MDIC, 2017).

Por outro lado, as exportações de produtos básicos apresentaram uma diminuição, especialmente em relação a milho, petróleo, café, farelo de soja e soja em grão. Contudo, mesmo diminuindo, a soja continuou sendo o produto com maior valor FOB exportado (ver Apêndice 1). Apesar de uma redução nas exportações para os principais destinos, os produtos manufaturados apresentaram um desempenho positivo nos mercados dos EUA e na UE. Os principais destinos das exportações brasileiras em 2016 foram China, EUA, Argentina, Países Baixos e Alemanha (MDIC, 2017).

Em 2017, a China se destacou como um dos principais compradores de produtos brasileiros, adquirindo US\$50 bilhões em mercadorias. O crescimento das exportações brasileiras foi abrangente, atingindo diversos setores, com um aumento significativo nas vendas de produtos básicos, como petróleo bruto, minério de ferro, soja, minério de cobre e milho, entre outros. Os principais mercados compradores também registraram crescimento nas aquisições, com ênfase na China, Estados Unidos e Argentina (Freire, 2018).

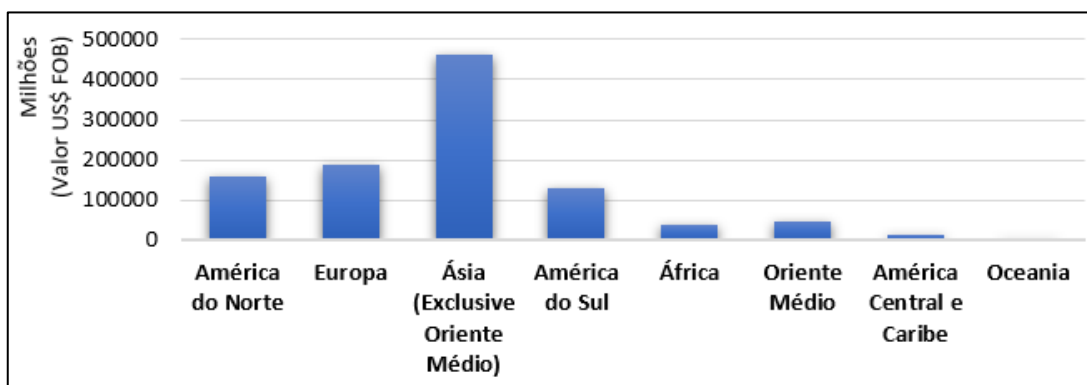
Na China, houve um aumento nas compras de soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, celulose e carne bovina. Nos EUA, destacaram-se as importações de óleos brutos de petróleo, produtos semimanufaturados de ferro ou aço, máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração, e etanol. Por sua vez, a Argentina viu um aumento expressivo nas importações de automóveis de passageiros, veículos de carga, tratores, produtos laminados planos de ferro ou aço, além de máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração, e minério de ferro (Freire, 2018).

Em 2018, o crescimento das exportações foi impulsionado tanto pelo aumento dos volumes embarcados (4,1%) quanto pelos preços (5,1%). Os produtos básicos se destacaram novamente, registrando um aumento de 17,2%, totalizando US\$118,9 bilhões em exportações. Além disso, os produtos manufaturados também apresentaram crescimento, alcançando US\$86,6 bilhões, um incremento de 7,4%. Em contraste, as exportações de produtos semimanufaturados caíram 3,1%, totalizando US\$30,6 bilhões (Agência Brasil, 2019).

As exportações para os principais mercados, como China, União Europeia e EUA, também cresceram significativamente em 2018. No entanto, as exportações para a Argentina diminuíram, principalmente devido à redução nas vendas de produtos automotivos. Os destinos das exportações corresponderam aos principais fornecedores de produtos importados pelo Brasil, com destaque para China, União Europeia, EUA e Argentina (Agência Brasil, 2019).

#### 4.2.2.5 Governo Bolsonaro

Gráfico 12: Exportações Brasileiras por Região Mundial (2019-2022), em US\$ FOB



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria.

A partir de janeiro de 2019, com o início de um novo período presidencial, segundo informações do Banco Central, as exportações começaram a apresentar uma retração moderada,

enquanto os valores das importações se mantiveram relativamente estáveis. A queda de 26,7% no saldo comercial nos primeiros dez meses de 2019, em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando US\$11,6 bilhões, foi impulsionada principalmente pela perda de dinamismo nas vendas externas. Além disso, os principais destinos que registraram redução nas exportações brasileiras em 2019 foram Argentina e China, com quedas significativas de US\$5,0 bilhões e US\$0,6 bilhão, respectivamente. Em contrapartida, houve aumentos nas exportações para os Estados Unidos (US\$0,8 bilhão) e para o Japão (US\$0,7 bilhão) (BCB, 2019).

A análise das exportações de 2020 por tipo de atividade econômica, conforme mostrado na Tabela 3, revelou comportamentos distintos entre os principais setores. Segundo o Boletim de Conjuntura Econômica da UEM, a agropecuária teve um aumento de 4,9% nas exportações, beneficiada pela depreciação cambial, que, apesar de impactar os insumos, favoreceu as vendas externas. Em contrapartida, outros setores apresentaram um desempenho menos favorável (Murillo *et al*, 2021).

*Tabela 3: Desempenho das exportações por atividade econômica em 2019 e 2020*

|                                   | 2019 | 2020 | Variação (%) |
|-----------------------------------|------|------|--------------|
| <b>Agropecuária</b>               | 19,5 | 21,6 | 4,9          |
| <b>Indústria Extrativa</b>        | 22,9 | 23,4 | -3           |
| <b>Indústria de transformação</b> | 57,1 | 54,5 | -9,7         |
| <b>Outros</b>                     | 0,5  | 0,4  | -20,5        |

Fonte: Adaptado de Murillo *et al*, (2021).

A indústria extrativa, por exemplo, enfrentou uma queda de 3%, principalmente devido à diminuição nas vendas de óleos brutos de petróleo e minério de alumínio. Por outro lado, a indústria de transformação sofreu uma redução mais significativa, de 20,5%, impactada pela diminuição nas vendas de plataformas, embarcações, estruturas flutuantes e celulose em comparação ao ano anterior. Essa dinâmica resultou em alterações na participação de cada setor no total das exportações (Murillo *et al*, 2021).

A soja continuou a ser a principal *commodity* exportada, especialmente diante do impacto da pandemia de COVID-19 nas economias globais. A participação da agropecuária subiu de 19,5% em 2019 para 21,6% em 2020, enquanto a indústria extrativa também

apresentou um aumento, passando de 22,9% para 23,4%. Em contrapartida, a participação da indústria de transformação caiu de 57,1% em 2019 para 54,5% em 2020. Essa redução na participação da indústria de transformação é preocupante, pois esse setor geralmente compreende produtos de maior valor agregado para exportação. Juntamente com o crescimento das exportações de produtos agropecuários, essa tendência destaca a desvantagem do Brasil em relação a outras economias, especialmente as desenvolvidas, que tendem a exportar produtos com maior valor agregado (Murillo et al, 2021).

Em 2021, a exportação de minérios de ferro e seus concentrados volta a ganhar destaque como o principal produto exportado. De acordo com o relatório do ICOMEX do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), as exportações de *commodities*, nesse ano, representaram 67,7% do total e foram responsáveis pela performance positiva do comércio exterior, registrando um aumento de 37,3% em valor. Além delas, as exportações de produtos não *commodities* cresceram 28,1%, com um aumento de 12,4% nos preços e de 13,5% no volume (IBRE, 2022).

No contexto dos principais mercados de exportação, a China continuou a ser o principal destino das exportações brasileiras, embora sua participação nas exportações totais do país tenha diminuído ligeiramente. Os Estados Unidos permaneceram como o segundo maior parceiro comercial do Brasil, seguidos pela Argentina. Ademais, a Ásia, liderada pela China, continuou sendo a região mais significativa para o comércio exterior brasileiro (IBRE, 2022).

Segundo o MDIC, em 2022, o setor agropecuário registrou o maior crescimento, com um aumento de 36,1% no valor das exportações. Esse aumento foi principalmente impulsionado pelo aumento dos preços, que subiram 31,5%, enquanto as quantidades exportadas tiveram um incremento de 1,8%. Por outro lado, a indústria de transformação apresentou um aumento de 26,2% no valor exportado, favorecida pelo crescimento tanto nos preços (15,7%) quanto nas quantidades exportadas (9,8%). Em contraste, a indústria extrativa teve uma redução de 4,6% no valor exportado, consequência da queda nos preços (-2,5%) e nas quantidades exportadas (-0,5%) (MDIC, 2023).

Em relação aos destinos das exportações, houve um crescimento em valor para os principais parceiros comerciais do Brasil em 2022. Destacaram-se os aumentos das exportações para a China (1,5% na média diária, totalizando US\$91,3 bilhões), União Europeia (39,6%, totalizando US\$51 bilhões), Estados Unidos (20,2%, totalizando US\$37,4 bilhões) e Argentina (29,3%, totalizando US\$15,4 bilhões). Todos esses aumentos foram impulsionados pela elevação dos preços dos produtos exportados. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2022 foram a soja, que permaneceu como um item emblemático das exportações nacionais,

além de óleos brutos de petróleo, minério de ferro, óleos combustíveis, milho não moído, carne bovina, açúcares, farelos de soja, carne de aves e café não torrado. Esses dez produtos juntos representaram mais de 50% do valor total das exportações no ano (MDIC, 2023).

#### **4.3 Termos de troca do Brasil: implicações na Balança Comercial e Vulnerabilidade Externa**

Os termos de troca são definidos pela relação entre os preços das exportações e importações de um país. Em outras palavras, a variação dos termos de troca, conforme ressaltado por Black (2015), está associada à alteração dos preços dos produtos importados e exportados, levando em consideração a participação de cada item na estrutura comercial do país (Black, 2015). Ou seja, eles indicam a quantidade de produtos que um país pode adquirir em troca de uma unidade de seus produtos exportados.

Sendo assim, quando os termos de troca são favoráveis, os preços dos produtos exportados são mais elevados em relação aos preços dos produtos importados, o que permite ao país comprar mais bens e serviços estrangeiros com a mesma quantidade de suas exportações. Por outro lado, quando os termos de troca são desfavoráveis, os preços das exportações são inferiores aos preços das importações, o que pode prejudicar a capacidade do país de importar bens e serviços e, conseqüentemente, aumentar a vulnerabilidade de uma economia.

Nos países como o Brasil, cuja economia depende da exportação de *commodities*<sup>7</sup>, geralmente, os períodos de melhoria nos termos de troca estão ligados à valorização dos preços relativos dessas *commodities* (Black, 2015). Isso significa que quando os preços das *commodities* exportadas pelo Brasil aumentam em relação aos preços dos produtos importados, os termos de troca do país melhoram. No gráfico abaixo, é possível observar essa tendência, na qual a linha dos termos de troca acompanha, na maior parte dos anos, o padrão de crescimento da linha de preços das exportações brasileiras e das *commodities* entre os anos de 1998 e 2022.

O economista Bertrand Gruss conduziu um estudo publicado no Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2014, no qual examinou o impacto dos preços reais das *commodities* no crescimento econômico dos países exportadores de *commodities* durante o período de 1970 a 2013. O questionamento central da pesquisa consistiu em determinar se o nível dos preços

---

<sup>7</sup> Um país é considerado dependente de *commodities* quando uma parte significativa de suas exportações, equivalente a pelo menos 60% das receitas geradas com a venda de mercadorias para o exterior, é composta por produtos primários ou *commodities* (Ferraz, 2022)

reais das *commodities* ou a taxa de crescimento dos mesmos era mais relevante para o crescimento econômico desses países durante ao longo desse intervalo de tempo. A principal conclusão do estudo foi que o crescimento do PIB dos países exportadores de *commodities* não estava associado ao nível desses preços relativos. Em contrapartida, o estudo identificou uma correlação entre o crescimento econômico desses países e a taxa de crescimento dos preços das *commodities*. Isso implica que não foi o nível absoluto dos preços que impulsionou o crescimento econômico, mas, ao contrário, gráfico a direção e a magnitude das variações desses preços ao longo do tempo (Black, 2015).

Essa conclusão possui implicações importantes para a política econômica e a gestão de recursos naturais em países que dependem das exportações de *commodities*. Indica que a dinâmica do crescimento econômico está mais vinculada à capacidade de elevação ou queda dos preços das *commodities* do que com ao seu nível absoluto. Portanto, políticas voltadas para a promoção de um crescimento sustentável nesses países devem considerar não apenas os preços atuais das *commodities*, mas também as tendências de crescimento desses preços no longo prazo (Black, 2015).

Em 1997, por exemplo, o Relatório do Banco Central do Brasil destacou o impacto da valorização do petróleo em 1996 sobre os termos de troca, que resultou em uma perda de 1,1% para economias avançadas e de 0,4% para nações em desenvolvimento. Esses dados contrastam com a perda de 0,8% experimentada pelas economias avançadas e o ganho de 1,4% registrado pelas nações em desenvolvimento no período anterior (BCB, 1997). Nesse contexto, a valorização do petróleo tende a beneficiar os países produtores, uma vez que aumenta a receita obtida com as exportações de petróleo, contribuindo para a melhoria de sua balança comercial e, por consequência, de seus termos de troca. Em contrapartida, as economias importadoras líquidas de petróleo podem ser prejudicadas, pois enfrentam custos mais altos para suas importações de petróleo, o que pode resultar em uma deterioração dos termos de troca e afetar negativamente sua balança comercial e a economia em geral.

No caso específico do Brasil, entre os anos de 1998 e 2022, foi possível observar um crescimento nos termos de troca em relação ao ano anterior nos anos de 2000, de 2004 a 2008, de 2010 a 2011, de 2016 a 2017 e de 2019 a 2021. Em contrapartida, houve uma queda nos termos de troca nos anos de 1999, de 2001 a 2003, em 2009, de 2012 a 2015, em 2018 e em 2022, como ilustrado no gráfico abaixo.

Em 1998, a Fundação Seade destacou que houve um aumento nos preços das importações brasileiras, com exceção dos preços dos derivados de petróleo, enquanto os preços das exportações registraram uma queda. Esse cenário indicou uma deterioração nos termos de

troca do Brasil, o qual representou um desafio econômico (Seade, 1998). Isso ocorreu pois o país estava recebendo menos em troca de suas exportações do que estava pagando por suas importações. Com preços de exportação mais baixos e preços de importação mais altos (exceto derivados de petróleo), o Brasil enfrentou um aumento no déficit da balança comercial, demandando esforços para restaurar o equilíbrio econômico.

O ambiente externo entre 1998 e 1999 teve importantes implicações para os termos de troca do Brasil. A deterioração desses termos começou na segunda metade de 1998 e foi influenciada pela queda nos preços das *commodities* negociadas em bolsas de futuros, em função da desaceleração da economia global, e pelo aumento nos preços do petróleo em 1999. Até o primeiro semestre de 1998, o índice de termos de troca permaneceu relativamente estável, situando-se cerca de 5% abaixo da média de 1996. No entanto, a partir do terceiro trimestre de 1999, esse índice sofreu uma queda acentuada, atingindo uma redução de 17,2% em relação a esse nível (BCB, 1999).

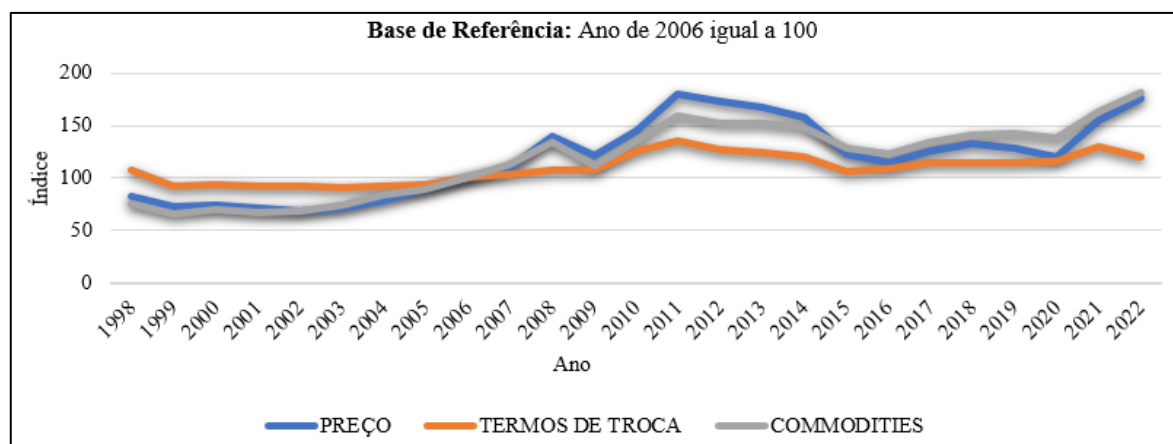
No entanto, no quarto trimestre de 1999, surgiram sinais de uma reversão da tendência de queda nos termos de troca, atribuídos à recuperação dos preços de algumas commodities padronizadas exportadas pelo Brasil (BCB, 1999). Esses termos de troca, que apresentavam uma trajetória de melhora desde meados de 1999 até o terceiro trimestre de 2000, sofreram uma reversão de tendência no último trimestre. Essa mudança foi provocada pela desaceleração na recuperação dos preços dos produtos exportados e pelo aumento nos preços dos produtos importados, especialmente em decorrência da continuidade dos altos preços do petróleo (BCB, 2000).

Concomitantemente, os preços das exportações e das importações também apresentaram queda em 2001, principalmente devido ao desaquecimento da economia mundial. Essa queda foi mais intensa nas exportações, que passaram de um crescimento de 3,3% em 2000 para uma retração de 3,5% em 2001. Como resultado, os termos de troca, que haviam crescido em 2000, declinaram ao longo de 2001 até o terceiro trimestre, estabilizando-se no quarto trimestre. Isso ocorreu porque os preços dos produtos importados, principalmente do petróleo e seus derivados, reduziram-se de forma mais acentuada do que os preços das exportações (BCB, 2001).

Em 2002, houve uma recuperação nos preços de exportações e importações no segundo semestre, especialmente nos preços dos produtos importados, principalmente combustíveis e lubrificantes. Esse aumento nos preços foi influenciado pelas crises no Oriente Médio e na Venezuela, que afetaram a oferta global de petróleo e aumentaram os preços no mercado internacional. Como resultado, os termos de troca, que haviam mantido relativa estabilidade

desde meados de 2000, pioraram no segundo semestre de 2002, como mostra o Gráfico 13 (BCB, 2002).

*Gráfico 13: Índice de Preço das Exportações Totais, das Commodities e dos Termos de Troca de 1998 a 2022*



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (MDIC). Elaboração própria.

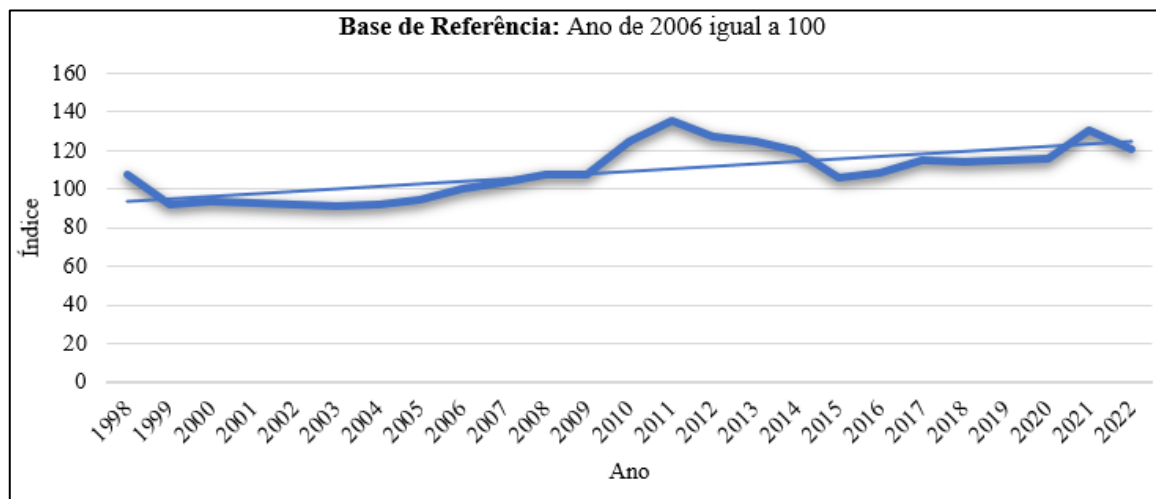
Em 2003 e no início de 2004, porém, o índice de termos de troca teve uma trajetória ascendente. Contudo, na segunda metade de 2004, houve uma redução nesse índice, principalmente devido ao forte aumento nos preços do petróleo. Apesar dessa redução, o índice relativo a 2004 ainda aumentou 0,6% em relação ao ano anterior, o que indica que houve uma melhoria nos termos de troca em comparação com o ano anterior, embora em uma taxa menor (BCB, 2004).

A melhoria significativa nos termos de troca durante 2005 e, principalmente, em 2006, foi um fator importante para o aumento dos superávits comerciais. O índice de termos de troca começou a se expandir continuamente desde o quarto trimestre de 2004 e atingiu seu maior valor no final de 2006, o mais alto desde outubro de 1997. Essa ampliação nos termos de troca também foi impulsionada pela flutuação dos preços do petróleo ao longo de 2006, que teve impactos expressivos sobre as balanças comerciais das principais economias. Além disso, a alta nos preços de várias *commodities*, especialmente as metálicas, contribuiu para a melhoria dos termos de troca para países em desenvolvimento exportadores (BCB, 2006).

Países como Chile, Brasil, Peru, Austrália e África do Sul se beneficiaram dessa melhoria nos termos de troca devido ao aumento dos preços de suas exportações em relação aos preços de suas importações. Isso resultou em um aumento nos superávits comerciais desses

países, já que podiam vender seus produtos a preços mais altos no mercado internacional (BCB, 2006).

*Gráfico 14: Índice de Termos de Troca de 1998 a 2022*



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (MDIC). Elaboração própria.

A evolução dos termos de troca em 2007, especialmente na segunda metade do ano, foi crucial para atenuar o impacto da expansão das importações sobre o saldo comercial. Após um período de elevação contínua desde o final de 2004, os termos de troca apresentaram uma queda nos dois primeiros trimestres de 2007, mas encerraram o ano no mesmo nível de 2006, indicando estabilidade ao longo do ano (BCB, 2007). Já em 2008, tanto as exportações quanto as importações demonstraram um crescimento significativo nos três primeiros trimestres em comparação a 2007, embora esse desempenho tenha se revertido no último trimestre. Os termos de troca também alcançaram seu ponto mais alto em outubro, desde a implementação do regime de flutuação cambial, o que ajudou a compensar o menor crescimento da quantidade exportada em relação à importada nos últimos anos (BCB, 2008).

No final de 2009, as variações acumuladas em doze meses das exportações e importações sinalizavam uma reativação do comércio externo brasileiro para 2010. Essa melhoria foi refletida no aumento dos termos de troca, que, após atingir o menor valor no primeiro trimestre de 2009, começaram a se recuperar ao longo do ano, aproximando-se dos níveis máximos registrados no penúltimo trimestre de 2008 (BCB, 2009).

Em 2010, os termos de troca continuaram a trajetória de crescimento iniciada em 2009, estabelecendo recordes ao longo do ano. Esse desempenho, aliado ao aumento no volume de mercadorias comercializadas, impulsionou a aceleração do comércio exterior (BCB, 2010). Em 2011, a tendência de expansão dos termos de troca persistiu, culminando em um recorde no

terceiro trimestre. No entanto, após esse pico, os termos de troca apresentaram uma queda subsequente, indicando uma diminuição nos preços relativos dos produtos exportados em comparação com os importados, revertendo a tendência de aumento anterior (BCB, 2011).

Em 2012, os termos de troca interromperam a tendência de expansão que havia começado em 2009, registrando um recuo de 5,8%. Esse recuo teve um efeito na pauta exportadora brasileira, especialmente devido à trajetória dos preços das *commodities*. Considerando as médias anuais, os preços de exportação diminuíram em 4,9%, enquanto os preços de importação aumentaram em 0,9%. Isso também indicou que, em média, os produtos exportados pelo Brasil estavam sendo vendidos a preços mais baixos no mercado internacional, enquanto os preços dos produtos importados estavam aumentando. Esse desequilíbrio contribuiu para a redução nos termos de troca do país em 2012, tendência que continuou em 2013 e 2014 (BCB, 2012; BCB, 2013; BCB, 2014). Essa trajetória de queda pode ser observada no Gráfico 13, a partir da metade de 2011.

Segundo Clarissa Black (2015), a melhoria nos termos de troca, especialmente até 2011, teve implicações importantes para a economia brasileira, assim como para outros países da América Latina. Durante os anos de *boom* econômico, de 2003 a 2011, o Brasil experimentou um crescimento econômico mais robusto em comparação com o período anterior. A taxa média de crescimento econômico durante essa fase foi de 3,88% ao ano, um aumento considerável em relação à média de 2,30% ao ano registrada no período pré-*boom*, de 1995 a 2002 (Black, 2015).

Entretanto, após o período de *boom*, a taxa de crescimento econômico no Brasil diminuiu novamente. No período pós-*boom*, de 2012 a 2013, a taxa média de crescimento econômico caiu para 1,76% ao ano (Black, 2015). Essa queda sugere que a melhoria nos termos de troca e o crescimento econômico robusto estavam relacionados. Quando os termos de troca pioraram ou estagnaram, como ocorreu após o período de *boom*, ocorreu um impacto negativo no crescimento econômico do Brasil.

Após 4 anos em queda, o ano de 2016 foi marcado por uma retomada no crescimento dos termos de troca, que tiveram uma valorização média de 3,0% ao longo do ano, assim como em 2017. Essa tendência de crescimento foi observada a partir do mês de maio e, em dezembro, a valorização em relação ao mesmo mês do ano anterior atingiu 16,4%. Como apontado anteriormente, para países exportadores de *commodities*, como o Brasil, períodos de melhoria nos termos de troca estão geralmente associados à valorização relativa dos preços desses produtos. Contudo, mesmo diante de uma valorização nos preços internacionais das principais *commodities* exportadas pelo Brasil em 2016, como soja e minério de ferro, o principal

determinante para a melhora dos termos de troca do Brasil nesse período foi a queda no preço das importações, conforme Tabela 4 (Black, 2018).

*Tabela 4: Variação trimestral dos preços das exportações e importações no Brasil - 2016*

| <b>Variação trimestral dos preços das exportações no Brasil - 2016</b>                                                    |                          |                          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <b>TRIMESTRES</b>                                                                                                         | <b>PREÇO EXPORTAÇÕES</b> | <b>PREÇO IMPORTAÇÕES</b> |
| 1º trim./2016                                                                                                             | -19,29%                  | -11,33%                  |
| 2º trim./2016                                                                                                             | -9,86%                   | 11,67%                   |
| 3º trim./2016                                                                                                             | -1,57%                   | -7,75%                   |
| 4º trim./2016                                                                                                             | 8,02%                    | -4,75%                   |
| <small>FONTE DOS DADOS BRUTOS: Funcex (2017).<br/> NOTA: Trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.</small> |                          |                          |
| <small>Ind. Econ. FEE, Porto Alegre v. 45, n. 4, p. 27-40, 2018</small>                                                   |                          |                          |

Fonte: Adaptado de Black (2018).

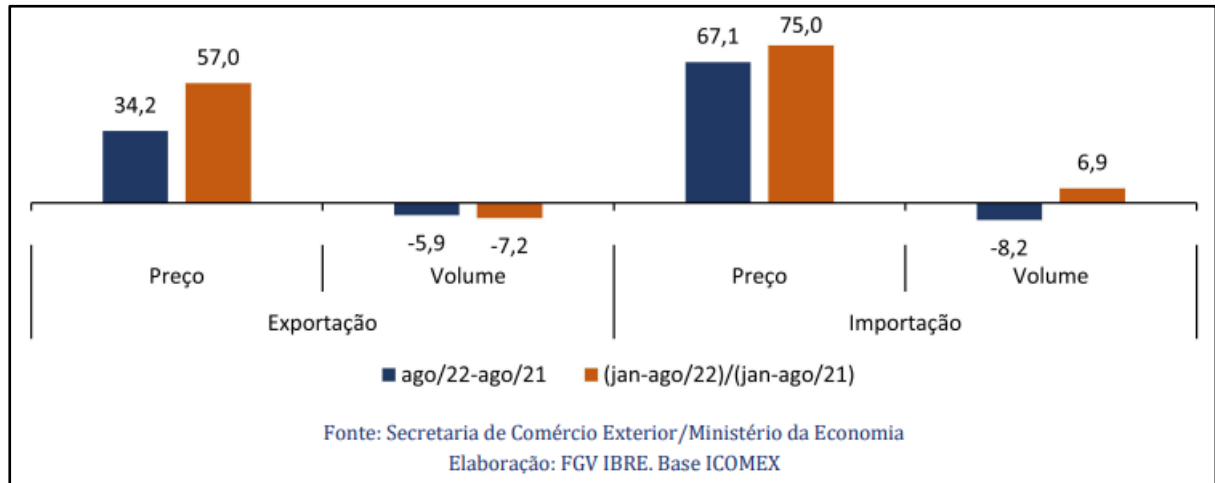
Os preços das *commodities* brasileiras começaram a apresentar uma trajetória ascendente no segundo semestre de 2020, levando a uma melhoria nos termos de troca até 2021, após um período de declínio em 2018 e estagnação em 2019, conforme ilustrado no Gráfico 14. Embora os preços não tenham alcançado os patamares observados durante o pico de 2010, ainda assim atingiram seu nível mais alto desde o auge dos preços das *commodities* em 2011 (IBRE, 2021).

Entretanto, o crescimento dos preços de importação em ritmo superior ao dos preços de exportação a partir de meados de 2021 resultou em uma diminuição nos termos de troca, mesmo diante do aumento nos preços das *commodities*, demonstrado no Gráfico 13. Entre junho de 2021, que marcou o pico dos termos de troca desde janeiro de 2015, e agosto de 2022, os termos de troca recuaram 13,4% (IBRE, 2022). Esse resultado contrasta com outros períodos em que os preços das *commodities* estavam em alta e os termos de troca melhoraram (ver Gráfico 13). Assim, mesmo com a elevação nos preços das *commodities*, o Brasil experimentou uma queda nos termos de troca, uma vez que os preços das importações estavam aumentando a um ritmo ainda mais acelerado do que os preços das exportações.

Diversos fatores contribuíram para esse resultado, incluindo a redução nos preços do minério de ferro, que foi o produto com o maior valor FOB exportado em 2021 e está entre os três principais itens de exportação do país, além do aumento nos preços de insumos, como fertilizantes. No que se refere ao petróleo, os índices calculados pelo FGV/ICOMEX indicam um aumento de 57% nos preços de exportação e de 75% nos preços de importação, o que

representa uma contribuição adicional para a diminuição nos termos de troca, como ilustrado no Gráfico 15 (IBRE, 2022).

*Gráfico 15: Variação (%) do índice de preços e volume das exportações e importações de petróleo e derivados*



A deterioração dos termos de troca, proposta pelo estruturalismo da CEPAL, é uma das teses fundamentais que buscam explicar as desigualdades econômicas entre países centrais e periféricos. Ela refere-se à tendência de os preços dos bens primários, que são predominantemente exportados pelos países periféricos, caírem em relação aos preços dos bens manufaturados, que geralmente são exportados pelos países centrais. Sendo assim, essa teoria pode ser aplicada à análise da realidade econômica do Brasil, especialmente considerando sua condição como um país periférico com uma economia marcada por exportações de produtos primários, especialmente de *commodities*.

Segundo essa visão, ao longo do tempo, os países periféricos precisam exportar uma quantidade crescente de bens primários para obter o mesmo volume de importações de bens industrializados. Além disso, os setores econômicos dos países periféricos, que em grande parte dependem da exportação de recursos naturais e produtos primários, não conseguem acompanhar o crescimento e a inovação das economias industrializadas, considerando que a produtividade do trabalho relacionada aos bens primários é geralmente menor do que a produtividade associada aos bens industriais (Almeida; Salomão, 2023).

Os países centrais tendem a experimentar um crescimento mais robusto e uma menor desvalorização dos preços de suas exportações durante os ciclos econômicos. Isso leva a um aumento das diferenças de renda entre os países centrais e periféricos. Essa desigualdade é

aprofundada porque as oscilações de preços nas fases cíclicas funcionam de maneiras diferentes nos dois tipos de país (Almeida; Salomão, 2023).

O modelo estruturalista proposto por Raul Prebisch sugere que durante os ciclos econômicos, nos períodos de expansão (fase ascendente), pode haver um aumento dos preços tanto para o centro quanto para a periferia. No entanto, essa expansão é benéfica, em maior escala, para os países centrais, que experimentam aumentos salariais e lucros. Em contrapartida, nas fases de recessão ou contração (fase minguante), a queda dos preços dos bens primários impacta desproporcionalmente os países periféricos, onde os salários tendem a ser mais rígidos e menos flexíveis à baixa da demanda (Almeida; Salomão, 2023).

O Brasil passou por ciclos econômicos em que os preços de suas exportações de *commodities* subiram (como na década de 2000, durante o *boom das commodities*), resultando em um crescimento econômico significativo. Entretanto, quando os preços dessas *commodities* caíram, a economia brasileira enfrentou recessões. Assim, a fase “minguante” da teoria de Prebisch se reflete nas crises econômicas enfrentadas, como a de 2015-2016, quando a queda dos preços das *commodities* teve grande efeito na economia.

Ademais, a deterioração dos termos de troca também reproduz ou até agrava a desigualdade social e a concentração de riqueza no Brasil (Almeida; Salomão, 2023). As regiões que dependem fortemente das exportações de produtos primários, como o agronegócio no Centro-Oeste, prosperaram, enquanto outras áreas, especialmente as que dependem de produtos manufaturados ou que não têm acesso aos mesmos níveis de tecnologia e capital, continuam a enfrentar dificuldades econômicas.

Como solução, para os cepalinos, há a necessidade de os países em desenvolvimento, que historicamente têm se concentrado na exportação do setor primário, diversificarem suas economias. Ou seja, é necessário deixar de depender quase exclusivamente da exportação de *commodities* e adotar uma estrutura produtiva mais complexa e industrializada. Porém, essa industrialização deve ser feita “voltada para dentro”, com a criação de indústrias que atendam às necessidades do mercado interno (Almeida; Salomão, 2023). Em vez de focar apenas na produção para exportação, os países devem desenvolver sua capacidade industrial para produzir bens que são consumidos internamente. Isso pode melhorar a autossuficiência econômica, reduzir a vulnerabilidade a flutuações de preços internacionais e gerar empregos.

#### 4.4 Análise estruturalista dos dados apresentados

Ao longo de 26 anos de análise, a Balança Comercial brasileira apresentou um saldo positivo em 21 desses anos. O Brasil registrou saldo negativo entre os anos de 1997 e 2000, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, além de um novo déficit em 2014.

No intervalo de 1997 a 1999, o Café foi o principal produto exportado. Entre 2000 e 2005, e nos anos de 2009, 2014 a 2020, e 2022, a Soja se destacou, com a exceção de 2001, em que Outros aviões/veículos aéreos foram as principais exportações. De 2006 a 2008, o Petróleo foi o produto mais exportado, enquanto entre 2010 e 2013, e em 2021, foram os Minérios de Ferro que lideraram as exportações.

A predominância de produtos como Café, Soja, Petróleo e Minérios de Ferro como principais itens exportados indicou uma estrutura econômica voltada para a exploração de recursos naturais e evidenciou a dependência estrutural do Brasil em relação às *commodities*. O único ano sem a predominância de uma *commodity* entre os principais produtos exportados foi 2001, quando a exportação de aeronaves se destacou. Essa dependência pode ser vista como um reflexo das opções de desenvolvimento econômico que privilegiam a agroindustrialização e a extração mineral, em detrimento de uma diversificação setorial.

Além disso, a mudança no principal produto exportado ao longo dos anos também revelou uma estrutura de mercado que responde a fatores globais e internos, e que prioriza a produção e exportação de produtos de baixo teor tecnológico, cuja elasticidade-renda é baixa. O fato de que somente em 2001 o Brasil não exportou uma *commodity* como principal item mostra uma fragilidade na estrutura econômica, onde uma única categoria de produtos predomina. Essa concentração torna a economia brasileira vulnerável a choques externos nos preços das *commodities*.

Durante o governo de FHC, a Europa e as Américas, do Norte e do Sul, se destacaram como os principais parceiros comerciais do Brasil. Contudo, ao final do governo Lula, a Ásia emergiu como região de grande relevância, superando as demais e tornando-se oficialmente o principal destino das exportações brasileiras, posição que manteve até o término da análise.

Essa transição dos principais parceiros comerciais do Brasil também aponta para mudanças estruturais nas relações comerciais globais. O deslocamento pode ser analisado à luz da globalização e da ascensão econômica da Ásia, especialmente da China, que passou a ser um importante consumidor de *commodities* brasileiras. A mudança de foco nas exportações, portanto, mostrou uma reestruturação das relações econômicas internacionais, onde novos centros de poder econômico emergiram.

Entre 1998 e 2022, observou-se um crescimento nos termos de troca em relação ao ano anterior nos períodos de 2000, de 2004 a 2008, de 2010 a 2011, de 2016 a 2017, e de 2019 a 2021. Em contrapartida, houve uma redução nos termos de troca nos anos de 1999, de 2001 a 2003, em 2009, de 2012 a 2015, em 2018 e em 2022.

A variação nos termos de troca entre os anos nos mostra como as flutuações de mercado e as condições econômicas locais e globais impactam a economia brasileira. Anos de crescimento nos termos de troca podem indicar uma melhora nas condições de comércio, mas também sugerem uma dependência de fatores externos. Portanto, essa oscilação entre crescimento e queda nos termos de troca entre 1998 e 2022 enfatiza a fragilidade da estrutura econômica brasileira, fazendo com que o país enfrente desafios em termos de sustentabilidade econômica.

Diante dos resultados encontrados, também é possível inferir que a estrutura da Balança Comercial brasileira e a dependência de *commodities* refletem questões sociais e políticas. A priorização de setores específicos pode gerar concentração de renda e desigualdade social, enquanto a falta de diversificação pode limitar o potencial de inovação e crescimento a longo prazo. Considerando que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, é mais provável que os ganhos em produtividade e uso de mão de obra desorganizada, como um país primário-exportador, resultem em preços mais baixos, beneficiando principalmente os consumidores nos Centros de consumo e não os produtores nacionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a relação entre a pauta exportadora do Brasil e a entrada de divisas no país no período de 1997 a 2022, com ênfase na relevância das exportações para a mitigação da vulnerabilidade externa do Brasil. Ao longo da análise, foram considerados diferentes contextos econômicos, desde a estabilidade proporcionada pelo Plano Real até as dinâmicas comerciais durante o governo Bolsonaro. A pesquisa ressaltou que a economia brasileira apresenta uma forte dependência das exportações de *commodities*, sendo que, ao longo dos 26 anos analisados, o único ano em que não figurou uma *commodity* como principal produto exportado foi 2001, quando se destacou a exportação de “Outros aviões/veículos aéreos”.

A primeira hipótese deste estudo sustenta que a reprimarização da estrutura produtiva brasileira e a consequente especialização regressiva da pauta exportadora — dominada pela comercialização de *commodities* primárias como soja, minério de ferro e petróleo — têm sido forças impulsionadoras significativas das exportações brasileiras neste século XXI. Essa hipótese foi confirmada por meio da análise dos principais produtos, setores e mercados entre 1997 e 2022, evidenciando que o superciclo de preços das *commodities* no século XXI teve uma influência positiva nos termos de troca dos países exportadores de *commodities*, incluindo o Brasil.

Adicionalmente, a hipótese afirma que essa comercialização de *commodities* contribuiu para a redução do déficit nas transações correntes, embora tenha também aumentado a dependência do Brasil em relação a países e mercados específicos, especialmente na Ásia, tornando a economia mais suscetível a choques externos. Essa dinâmica foi demonstrada na análise realizada. Portanto, é possível afirmar que a diversificação dos mercados de exportação pode ser uma estratégia fundamental para mitigar essa dependência.

A segunda hipótese destaca que a excessiva dependência das exportações de *commodities* tornou a economia brasileira mais vulnerável às flutuações nos preços internacionais desses produtos, tendo um impacto negativo na balança comercial em momentos de choques internacionais, como a pandemia de COVID-19 e a Guerra da Ucrânia. Embora as oscilações nas exportações e os efeitos de eventos globais tenham afetado essa dependência, as exportações brasileiras continuaram a desempenhar um papel crucial na geração de divisas e na manutenção do equilíbrio das contas externas.

A análise realizada revelou que, durante o período de 2003 a 2011, o aumento significativo dos preços internacionais das *commodities* impulsionou o crescimento econômico

dos exportadores, incluindo o Brasil. Contudo, em períodos de queda de preços, observou-se uma tendência geral, em praticamente todos os anos, de redução do valor dos termos de troca nos anos analisados. Além disso, países que apresentam uma alta proporção de exportações de *commodities* em relação ao PIB estão subordinados ao crescimento desses preços relativos para manter a expansão econômica, além de depender da estabilidade dos preços e da volatilidade do mercado.

A evolução histórica dos termos de troca foi explorada, evidenciando períodos de crescimento e queda que impactaram a capacidade do Brasil de negociar no cenário internacional. O superciclo de preços das *commodities* no século XXI teve um efeito positivo sobre os termos de troca, reforçando a relação entre o crescimento econômico e os preços relativos, corroborando a relação entre crescimento econômico e preços relativos discutida no trabalho de Gruss (2014). Entretanto, a queda nos preços das *commodities* foi um dos principais impulsionadores pela deterioração nos termos de troca. Fatores como a desaceleração da economia global, mudanças na demanda por *commodities* e variações nas políticas econômicas globais podem ter contribuído para essa queda nos preços das exportações brasileiras.

Dessa forma, os objetivos específicos estabelecidos no início da pesquisa foram alcançados, fornecendo uma compreensão sobre a importância das exportações brasileiras na entrada de divisas, na manutenção da balança comercial em níveis favoráveis e na redução da vulnerabilidade externa. A análise realizada contribui para o debate sobre a necessidade de políticas que incentivem a diversificação econômica, minimizando a dependência de *commodities* e fortalecendo a posição do Brasil no comércio global.

Adicionalmente, a pesquisa indica que, apesar dos avanços econômicos desde a época de Celso Furtado, as desigualdades sociais e a pobreza ainda persistem. Para que o Brasil se torne menos suscetível à vulnerabilidade externa, é fundamental, como sustentam os estruturalistas latino-americanos, alcançar um consenso entre os agentes econômicos sobre quais indústrias são viáveis e quais processos produtivos devem ser promovidos, em conformidade com a estrutura econômica nacional. Por fim, recomenda-se que futuras investigações sobre o tema explorem com maior profundidade as estratégias de diversificação da pauta exportadora e o impacto das políticas comerciais na resiliência da economia brasileira frente a choques globais.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Balança comercial brasileira teve superávit de US\$58,3 bi em 2018:** Corrente de comércio foi de US\$420,7 bi, melhor resultado em 5 anos. Brasília: Sabrina Craide, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/balanca-comercial-brasileira-teve-superavit-de-us-583-bi-em-2018#:~:text=O%20saldo%20da%20balan%C3%A7a%20comercial,US%24%2058%2C%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ALMEIDA, Beliza Borba de; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O estruturalismo cepalino: subdesenvolvimento, progresso técnico e industrialização. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 51, 2023.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 1997**, v. 33. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual97/banualc4.asp?frame=1#:~:text=A%20balan%C3%A7a%20comercial%20registrou%20d%C3%A9ficit,%25%20e%2015%25%2C%20respectivamente>. Acesso em: 25 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 1997**, v. 33. Capítulo V: A economia mundial. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual97/banualc5.asp?frame=1#:~:text=Os%20termos%20de%20troca%20mostraram,valoriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20petr%C3%B3leo%20em%201996>. Acesso em: 07 abr 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 1998**, v. 34. A economia brasileira. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual98/rel1998cap1p.pdf>. Acesso em: 25 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 1999**, v. 35. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual99/rel1999cap5p.pdf>. Acesso em: 25 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2000**, v. 36. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2000/rel2000cap5p.pdf>. Acesso em: 25 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2001**, v. 37. Capítulo V: Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2001/rel2001p.pdf>. Acesso em: 28 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2002**, v. 38. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2002/rel2002cap5p.pdf>. Acesso em: 28 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2003**, v. 39. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2003/rel2003p.pdf>. Acesso em: 28 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2004**, v. 40. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2004/rel2004p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2005**, v. 41. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2005/rel2005p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2006**, v. 42. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2006/rel2006p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2007**, v. 43. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2008**, v. 44. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2008/rel2008p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2009**, v. 45. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2010**, v. 46. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2011**, v. 47. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2011/rel2011p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2012**, v. 48. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2012/rel2012p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2013**, v. 49. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2013/rel2013p.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2014**, v. 50. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorios-anuais-historico/relatorio-anual-do-banco-central-2014.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2015**, v. 51. Relações econômico-financeiras com o exterior. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2015/rel2015p.pdf>. Acesso em: 07 abr 2024.

BCB. Banco Central Do Brasil. Evolução recente da balança comercial. **Estudo Especial**, [s. l.], n. 66/2019, 2019. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE066\\_Evolucao\\_recente\\_da\\_balanca\\_comercial.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE066_Evolucao_recente_da_balanca_comercial.pdf). Acesso em: 5 abr. 2024.

BIANCARELLI, André M. A velha senhora, em roupas novas: vulnerabilidade externa no Brasil atual. In: M. V. Chiliatto Leite (org.), **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para**

**a mudança estrutural com igualdade** (LC/TS.2019/27), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019. P. 217- 240.

BLACK, Clarissa. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 3, p. 27-44, 2015.

BLACK, Clarissa. Termos de troca e crescimento econômico no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 45, n. 4, p. 27-40, 2018.

CAMEIRA, Eliana Marchioni. **A vulnerabilidade externa da economia brasileira: 1990-2010**. Orientador: Marcelo Milan. 2014. 82 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2014.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Vulnerabilidade do comércio agrícola brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, p. 9-28, 2005.

CASTELLI, Jonattan. FEB - Aula 2 Celso Furtado e o estruturalismo cepalino. YouTube, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5X7Cu6vaWfw>.

Celso Furtado. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CRISTALDO, RÔMULO C. Subdesenvolvimento, integração e administração política no pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 8, n. 2, p. 85-85, 2015.

DE SAES, Flávio Azevedo Marques. Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado. **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. Editora Oficina Universitária, p. 81, 2010.

FERRAZ, Carlos Alberto Leitão. A dependência brasileira das exportações de commodities e sua reprodução no oeste da Bahia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 12, Vol. 07, pp. 148-167. Dezembro de 2022. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/agronomia/exportacoes-de-commodities>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/agronomia/exportacoes-de-commodities. Acesso em: 05 abr 2024.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREIRE, Laura Lúcia Ramos. **Balança comercial brasileira atingiu recorde em 2017**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 1, n.17, 07 fev. 2018. (Diário Econômico ETENE).

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788595156210. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595156210/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. 53 p. (Texto para discussão, n. 338)..

GONÇALVES, Reinaldo. Maxidesvalorização, vulnerabilidade externa e a crise brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 27, n. 1, p. 59-69, 1999.

IBRE, FGV. Os termos de troca atingiram em fevereiro o maior valor da série desde o boom dos preços das commodities em 2011: Icomex de março referente a balança comercial de fevereiro. **INDICADOR DE COMÉRCIO EXTERIOR - ICOMEX**, [s. l.], n. 47, p. 1-17, 15 mar. 2021. Disponível em: [https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/icomex\\_fgv\\_press-release\\_marco2021\\_0.pdf](https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/icomex_fgv_press-release_marco2021_0.pdf). Acesso em: 5 abr 2024.

IBRE, FGV. Principais resultados da balança comercial de 2021. 57. ed. **INDICADOR DE COMÉRCIO EXTERIOR - ICOMEX**, [S. l.], 14 jan. 2022. Disponível em: [https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-01/icomex\\_fgv\\_press-release\\_janeiro2022\\_0.pdf](https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-01/icomex_fgv_press-release_janeiro2022_0.pdf). Acesso em: 9 abr. 2024.

MANTOAN, Eduardo; FERREIRA, Mateus. Modern Money Theory (MMT) na América Latina: um olhar estruturalista sobre o debate. **XIII Encontro Internacional Da Associação Keynesiana Brasileira**, v. 29, 2020.

MDIC. **Balança bate recorde em 2016 com superávit de US\$ 47,7 bilhões**. Brasília: Gov, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/mdic/balanca-bate-recorde-em-2016-com-superavit-de-us-47-7-bilhoes>. Acesso em: 5 abr 2024.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Exportações e Importações Gerais. Comex Stat. **Base de Dados**. Brasília: Ministério da Economia. 1997-2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 04 mar 2024.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Resultados da Balança Comercial Brasileira de 2022**: Exportações somaram US\$ 335 bilhões e importações US\$ 272,7 bilhões. A corrente de comércio cresceu 21,5% no ano e chegou a 607,7 US\$ bilhões. O saldo comercial foi de US\$ 62,3 bilhões.. Brasília: Secretaria de Comércio Exterior, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/Balanca2022.pdf>. Acesso em: 9 abr 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Balança de Pagamentos. **Informativo**, [s. l.], 27 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/inflacao/2022/informativo-balanco-de-pagamentos-dez2021.pdf>. Acesso em: 9 abr 2024.

MP. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Continuidade do ajuste das contas externas em 2017. **Estudos Econômicos**, Brasília, 26 jan. 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/estudos-economicos/o-balanco-de-pagamentos-em-2017\\_v10.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/estudos-economicos/o-balanco-de-pagamentos-em-2017_v10.pdf). Acesso em: 9 abr. 2024.

MURILLO, Hugo Agudelo *et al.* Setor Externo e Comércio Exterior: Análise do Ano de 2020. **Boletim de Conjuntura Econômica, Maringá**, n. 81, Setembro 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BConjEcon/article/download/64053/751375154377/>. Acesso em: 9 abr 2024.

RIBEIRO, Fernando José da Silva Paiva. Carta Conjuntura: Setor Externo - 4º Trimestre / 2016. **IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, v. 33, p. 1-17, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161208\\_cc33\\_setor\\_externo.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161208_cc33_setor_externo.pdf). Acesso em: 05 abr 2024.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: CEPAL, 2009.

SEADE, Fundação. Comércio Exterior. **Portal de Estatísticas de São Paulo**, [s. l.], 1998. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/anuario/1998/cex/int\\_cex\\_98.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/anuario/1998/cex/int_cex_98.pdf). Acesso em: 5 abr 2024.

SILVA, Leandro Gomes da. **Vulnerabilidade Externa Estrutural da Economia Brasileira no Período 2003-2008**. Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Gonçalves. 2010. 48 páginas. Monografia – Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2010.

SILVA, Raphael de Oliveira. **Vulnerabilidade externa estrutural: uma análise comparativa do Brasil frente aos BRICS de 2003-2012**. Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Salles Roselino Júnior. 2017. 122 páginas. Dissertação – Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba - SP, 2017.

VAN NOIJE, Paulo. A vulnerabilidade externa decorrente da Posição Internacional de Investimentos e do fluxo de rendas: uma análise da economia brasileira no período 1953-1963. **Economia e Sociedade**, v. 23, p. 539-576, 2014.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1

Tabela 1: Principal produto exportado em cada ano, entre 1997 e 2022

| Principal produto exportado em cada ano |            |                                                                                                                  |                  |
|-----------------------------------------|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Ano                                     | Código NCM | Descrição NCM                                                                                                    | Valor FOB (US\$) |
| 1997                                    | 9011110    | Café não torrado, não descafeinado, em grão                                                                      | \$2.743.048.631  |
| 1998                                    | 9011110    | Café não torrado, não descafeinado, em grão                                                                      | \$2.331.081.061  |
| 1999                                    | 9011110    | Café não torrado, não descafeinado, em grão                                                                      | \$2.225.535.720  |
| 2000                                    | 12010090   | Outros grãos de soja, mesmo triturados                                                                           | \$2.184.828.334  |
| 2001                                    | 88023090   | Outros aviões/veículos aéreos, 2000 kg < peso <= 15000 kg, vazios                                                | \$2.731.026.854  |
| 2002                                    | 12010090   | Outros grãos de soja, mesmo triturados                                                                           | \$3.027.148.770  |
| 2003                                    | 12010090   | Outros grãos de soja, mesmo triturados                                                                           | \$4.283.406.635  |
| 2004                                    | 12010090   | Outros grãos de soja, mesmo triturados                                                                           | \$5.366.238.361  |
| 2005                                    | 12010090   | Outros grãos de soja, mesmo triturados                                                                           | \$5.308.008.454  |
| 2006                                    | 27090010   | Óleos brutos de petróleo                                                                                         | \$6.894.288.712  |
| 2007                                    | 27090010   | Óleos brutos de petróleo                                                                                         | \$8.905.065.463  |
| 2008                                    | 27090010   | Óleos brutos de petróleo                                                                                         | \$13.682.757.519 |
| 2009                                    | 12010090   | Outros grãos de soja, mesmo triturados                                                                           | \$11.412.979.364 |
| 2010                                    | 26011100   | Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas (cinzas de piratas), não aglomerados | \$21.353.877.790 |
| 2011                                    | 26011100   | Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas (cinzas de piratas), não aglomerados | \$31.851.759.654 |
| 2012                                    | 26011100   | Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas (cinzas de piratas), não aglomerados | \$23.809.804.469 |
| 2013                                    | 26011100   | Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas (cinzas de piratas), não aglomerados | \$25.996.245.937 |
| 2014                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$23.273.062.321 |
| 2015                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$20.981.829.291 |
| 2016                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$19.327.390.673 |
| 2017                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$25.712.173.321 |
| 2018                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$33.046.704.804 |
| 2019                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$26.071.755.485 |
| 2020                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$28.560.587.573 |
| 2021                                    | 26011100   | Minérios de ferro e seus concentrados, exceto as piratas de ferro ustuladas (cinzas de piratas), não aglomerados | \$40.715.560.471 |
| 2022                                    | 12019000   | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura                                                                     | \$46.553.259.740 |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do sistema Comex Stat.